

Caderno de Resumos

VIII SIMPÓSIO DE HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL E
XXV SEMANA DA CONSCIÊNCIA NEGRA EM
200 ANOS DE INDEPENDÊNCIA NA BAHIA:
O POVO, A RUA, AS LUTAS



REALIZADORES

DCH - CAMPUS V
Departamento
de Ciências Humanas



UNEB
UNIVERSIDADE DO
ESTADO DA BAHIA

PPGHIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL



AfroUneb

CADERNO DE RESUMOS

**VIII Simpósio de História Regional e Local e
XXV Semana da Consciência Negra em 200 anos
de Independência da Bahia: o povo, a rua, as
lutas**

**Santo Antônio de Jesus
2024**

Caderno de Resumos do VIII Simpósio de História Regional e Local e XXV Semana da Consciência Negra em 200 anos de Independência da Bahia: o povo, a rua, as lutas

07 A 10 DE NOVEMBRO DE 2023
UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
SANTO ANTÔNIO DE JESUS / BAHIA

<https://www.simposiodehistoria2023.eventos.dype.com.br/>

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB
Adriana Silva Freitas Sampaio
CRB-5/1218

Simpósio de História Regional e Local (8. , 2023: Santo Antônio de Jesus, BA) e Semana da Consciência Negra em 200 anos de Independência na Bahia: o povo, a rua, as lutas (25. , 2024: Santo Antônio de Jesus Bahia, BA).

Cadernos de Resumos do 8 Simpósio de História Regional e Local e 25 Senama da Consciência Negra em 200 anos de Independência na Bahia: o povo, a rua, as lutas, 07 a 10 de novembro de 2023, Santo Antônio de Jesus, BA, Brasil.

e-book - <https://www.simposiodehistoria2023.eventos.dype.com.br/>

Evento realizado pelo programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, Departamento de Ciências Humanas, Campus V, Santo Antônio de Jesus, BA.

1. Estudos Africanos e Afro brasileiros. 2. Mundos do trabalho. 3. Ensino de história. 4. Interseccionalidade e decolonialidade. 5. História-cultura. 6. Memórias-Oralidades-Territorialidades. 7. Expansão Portuguesa: instituições, religiosidades, resistência.
- I.Universidade do Estado da Bahia. Título. II. Leal, Maria das Gracas de Andrade.

CDD: 981

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB

Reitora

Adriana dos Santos Marmori Lima

Vice-Reitora

Dayse Lago de Miranda

Pró-Reitora de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação

Tânia Hetkowski

Departamento de Ciências Humanas – Campus V

Diretor

João Evangelista Nascimento Neto

Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local

Coordenadora

Maria das Graças de Andrade Leal

Núcleo Interdisciplinar de Estudos Africanos e Afro-

Brasileiros - AfroUneb

Coordenadora

Suely Santos Santana

Comissão Responsável

Assessoria de Comunicação - ASCOM (Campus V)

Adrielle de Souza Santos
Vagner Rodrigues da Silva

Revisão Geral

Ane Geildes Lobo Vieira Nunes
Viviane da Conceição Sales

Comissão Organizadora

Ana Rita Araújo Machado
Ane Geildes Lobo Vieira Nunes
Hamilton Rodrigues dos Santos
Ítalo Nelli Borges
Maria das Graças de Andrade Leal (Coordenadora)
Nancy Rita Sento Sé de Assis
Suely Santos Santana
Viviane da Conceição Sales
Wilson Roberto de Mattos

Comissão Científica

Ana Rita Araújo Machado (UNEB)
Augusto Fagundes da Silva dos Santos (UFRB)
Avanete Pereira Sousa Doutorado (UESB)
Daniel dos Santos (SEC BA/NuCuS/AfroUneb)
Denilson Lessa dos Santos (UNEB)
Diana de Sousa Santos Lisboa (UFBA)
Edinaldo Antonio Oliveira Souza (UNEB)
Eduardo Santos Borges (UNEB)
Elson Rabelo (UNIVASF/MDHC)
Fábio Oliveira (UNEB – Campus V/PROFLETRAS/
Fabricio Lyrio Santos (UFRB)
Gabriel José Brandão de Souza (IFPB)
Hamilton Rodrigues dos Santos (UNEB)
Ítalo Nelli Borges (UNEB)
Jose Ricardo Moreno Pinho (UNEB)
Leandro Bulhões (UFC)
Lina Maria Brandao de Aras (UFBA)
Maria das Graças de Andrade Leal (UNEB)
Nancy Rita Sento Sé de Assis (UNEB)
Reinaldo José de Oliveira (NEPPINS/UFRB/UNEB)
Rute Andrade Castro (UNEB)
Sandro dos Santos Correia (UNEB)
Sara Oliveira Farias (UNEB)
Silvana Andrade dos Santos (USP)
Suely Santos Santana (UNEB)
Tânia Mara Pereira Vasconcelos (UNEB)
Vânia Nara Pereira Vasconcelos (UNEB)
Wilson Roberto de Mattos (UNEB)

O conteúdo dos textos desta publicação, bem como sua revisão e adequação às normas de padronização acadêmica são de responsabilidade dos(as) próprios(as) autores(as).

As opiniões expressas nos textos são independentes e não refletem necessariamente a posição da Universidade do Estado da Bahia, do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local ou da Comissão Organizadora do VII Simpósio de História Regional e Local.

SUMÁRIO

Simpósios Temáticos

ST 01 - Estudos Africanos e Afro-brasileiros: sociedades, culturas, resistências, artes e territórios

"Africanista" quem foi seu mestre? Análise de aspectos da formação dos professores que lecionam história da África na UNEB

Marcos da Conceição Reis (UNEB)01

Afrobetizar pelas letras de samba: sequência didática para estudantes da educação de jovens e adultos

Eunádia Santos de Souza (SEC da Bahia)01

Artes Cênicas Negra e questões ético-raciais

Iago Gonçalves dos Santos (UNEB)02

Autodeterminação feminina na trilogia romanesca do Bissauguineense Abdulai Sila

Suely Santos Santana (UNEB)03

Códigos de posturas municipais; vigiar, controlar, punir e reprimir os povos Negros, no Período de 1850 a 1880

Kauan da Silva Wilmsen (UNEB)04

Experiências culturais da Diáspora Africana nos festejos à Padroeira de Valença-Ba, Nossa Senhora do Amparo

Paulo Vitor Souza da Luz (UESC).....04

O processo histórico da certificação de duas Comunidades Quilombolas como elemento para a formação docente, no município de Presidente Tancredo Neves-BA

Marizete Sampaio dos Santos (UFRB) / Profa. Dra. Jurema Machado05

Praça do Reggae: Musicalidade, identidade e resistência no Pelourinho (1999-2005)

Marcos Antonio Calhau dos Santos (UNEB).....06

Racismo fiscal na Província da BAHIA: um aspecto da exclusão econômico-social da população negra baiana na segunda metade do século XIX

Wilson Roberto de Mattos (UNEB)06

Revista "Escola Primária": a construção racializada de uma educação primária brasileira (1930-1940)

Juan Vitor dos Santos Fernandes (UNEB)07

SAMO... Pedro Kilkerry, Jean-Michel Basquiat, das pilhagens ou o modus da crítica

Josenel dos Santos Oliveira (UFBA)08

“África essa nossa (des)conhecida: Panorama das pesquisas sobre África realizadas por professores da UNEB”

Gabriela Brandão Alves (UNEB)09

“Porque é um amor impossível”: Machado de Assis, gênero e escravidão em Mariana (1871)

João Matheus Silva Guimarães (UNEB) / Alexandre Bartilotti Machado (UNEB).....09

ST 02 - Mundos do trabalho: experiências de trabalhadores, associativismo e luta por direitos, mediação legal e institucional, interseções entre trabalho, classe, gênero e raça

Fumicultura e trabalho: A importância das empresas produtoras de fumo na sociedade e economia de Cruz das Almas Bahia

Adnaelle de Jesus da Cruz (UNEB)11

Memória, religião e política: a trajetória da Juventude Agrária Católica na cidade de São Miguel das Matas - BA, (1955 – 1969)

Emiriene Costa Santos (UNEB)11

Os sons da cidade: negros músicos e seus lugares no tecido urbano de Salvador na primeira metade do século XIX

Marcele da Silva Moreira (UFBA)12

Sociedade Protetora dos Desvalidos: a consolidação do associativismo negro na ordem imperial

Lucas Ribeiro Campos (UFBA)13

Trabalho e lazer no cotidiano dos moradores de Conceição, na Ilha de Itaparica (1960-1970)

Willian dos Santos Teles (UNEB)14

“A calma reinante na Bahia só era aparente”: os movimentos grevistas dos mineradores do manganês em Santo Antônio de Jesus e dos fluviários de Juazeiro, em 1950, e a atuação clandestina dos comunistas nos meios operários

Edinaldo Antonio Oliveira Souza (UNEB)14

“Organização criminosa”: o sindicato rural do município de Santo Antônio de Jesus nos dossiês produzidos pelo Serviço Nacional de Informações

Laiane de Jesus Santos Macêdo15

“Política é coisa para gente grande”: religião, política, comunidades eclesiais de base e sindicato dos trabalhadores rurais no município de Mutuípe-Bahia

Luiz Argolo de Melo (UFF)16

ST 04 - Ensino de História: políticas, identidades, práticas e possibilidades

A Lei 10.639 e suas alterações no Ensino de História da cultura afro, cigana e indígena na rede municipal de Nazaré-BA <i>Ana Paula de Oliveira (UNEB)</i>	17
Colégio Francisco da Conceição Menezes diante dos impactos da ditadura civil/militar <i>Idiana Macedo Sacramento (UNEB)</i>	17
Entre bruxas, dragões e castelos – A leitura da linguagem técnica do audiovisual nas aulas de história medieval <i>Rafael Ribeiro (UNEB)</i>	18
Nem baralho para jogar e nem quadrinhos para montar: o uso dos signos como ferramenta para potencializar as aprendizagens <i>Antonio Vilas Boas (UNEB)</i>	19
Por uma História além da colonialidade: Análise das bases teóricas e empíricas das ementas curriculares de cursos de licenciatura em história nas universidades estaduais da Bahia (UEBA's), a partir da ótica decolonial e libertadora, período 2000-2020 <i>Alisson Farias dos Santos (UNEB)</i>	19
Professores negros na Bahia Republicana: itinerários, sociabilidade e projetos de educação (1889-1930) <i>Sthéfano dos Santos (UNEB)</i>	20
“Um pezinho fora da sala de aula”: um relato de experiência sobre a importância da construção das Mostras Culturais e Científicas na formação discente <i>Gabriel José Brandão de Souza (UFRGS) / Ludimila de Oliveira de Amorim Brandão (UFRGS) / Allan Kleyton Muniz Pinto (IFPB)</i>	21
 ST 05 - Interseccionalidade e decolonialidade: insurgências étnico-raciais, de gênero, classe, territorialidade e orientação sexual	
A Insubmissão epistêmica como possibilidade para pensar outros discursos sobre os feminicídios no Brasil <i>Ana Doroteia Santos Dias (UFBA)</i>	23
All-Negro Comics: Abordagem crítica e decolonial à aventura editorial negra de uma história em quadrinhos (1947) <i>Savio Queiroz Lima (UFRGS)</i>	23
As mulheres populares e os crimes de defloração: um diálogo entre a narrativa ficcional de Lima Barreto e os processos criminais (1890-1910) <i>Tainara Santos de Santana (UNEB)</i>	24
Construindo Feminismos Aprendentes: tecer insurgências a partir das margens <i>Vânia Nara Pereira Vasconcelos (UNEB)</i>	25

Entre a lama e as águas: relações de trabalho produzidas entre pescadores e marisqueiras em Salinas da Margarida <i>João Cláudio Machado Santos (UNEB)</i>	25
Memórias do letramento: o acesso à educação na zona rural de São Felipe: 1950-1980 <i>Itamires Silva dos Santos (UNEB)</i>	26
Nas ruas e nos balcões: mulheres negras resistindo às ordens no pós-abolição em Nazaré-BA <i>Lucas Santos Aguiar (UFRRJ)</i>	27
Pagodes, performances e transformações: as construções de gênero, raça e classe nos pagodes baianos - 1990 a 2000 <i>Edson Dias Ângelo (UEFS)</i>	28
Programa Residência Pedagógica: construindo uma educação antirracista, antixista e antiLGBTQIAPN+fóbica <i>Deise Oliveira Souza (UNEB) / Cristina da anunciação da Silva Assis (SEC) / Adryelle Adna Rodrigues (UNEB)</i>	28
Programa Residência Pedagógica: construindo uma educação antirracista, antixista e antiLGBTQIAPN+fóbica Parte 1 <i>Cristiane Puridade de Melo (SEC/BA) / Luciana Vieira Mariano (UNEB)</i>	29
Trabalhadores encrequeiros, pais de família barulhentos: masculinidades respeitáveis, violência e cotidiano (1930-1950, Feira de Santana e além) <i>Alessandro Cerqueira Bastos (UFBA)</i>	30
 ST 06 - Amanhã Será Outro Dia? Memórias, Oralidades e Territorialidades de/das Populações Negras	
Da roça para cidade, da cidade para roça: trajetórias de trabalhadores negros que migraram da Bahia para São Paulo (1960-1980) <i>Ezequiel Santiago Gomes (UEFS)</i>	31
Interseccionalidade na análise da necropolítica e desigualdades: rumo a políticas públicas transformadoras no Brasil <i>Iuri Nobre dos Santos (UFRB) / Reinaldo José de Oliveira (PPGHIS)</i>	31
Memórias do Movimento Negro na cidade de São Paulo: o protagonismo de Flávio Jorge Rodrigues da Silva <i>Reinaldo José de Oliveira (PPGHIS)</i>	32
Sonhos Possíveis: lutas por autonomia e liberdade dos feirantes de Santo Antônio de Jesus-BA entre os anos 1950-1970 <i>Hamilton Rodrigues dos Santos (UNEB)</i>	33

Tradição oral e mulheres negras marisqueiras: caminhos para visibilidade
Cherliane Paula Pinheiro Silva (UFRB)34

Uma (re)leitura da cidade a partir da afrocentricidade: a não representação dos negros e negras no discurso da História local em Amélia Rodrigues – BA
Tainara Margarida Rodrigues Moraes (UFRB)34

“Somos o que dizemos que somos”: questão fundiária e a representação identitária em comunidades rurais no Extremo Sul da Bahia
Benedito de Souza Santos (UNEB)35

ST 09 - História, cultura visual e contra-hegemonias: arquivos, pesquisa e ensino

Acervos visuais e fotográficos dos povos indígenas do território cearense no NUDOC/UFC
Leandro Santos Bulhões de Jesus (UFC)37

Lendo as Histórias em Quadrinhos à Contrapelo: Estudos Pós-coloniais, Decoloniais e Subalternos e seus impactos e desafios teóricos para a Historiografia através da ficção
Savio Queiroz Lima (UFRGS)37

Pintura e negritude no oitocentos, notas da pesquisa sobre Antônio Rafael Pinto Bandeira
Fernando Porfirio Lima (UFRB)38

Ver-se no outro: estratégias de letramento racial na prática fotográfica de Lázaro Roberto
Elson de Assis Rabelo (MDHC)39

ST 10 - A Expansão Portuguesa no período moderno: instituições, religiosidades e resistências

A Independência, o Imediato pós-Independência e as Elites Baianas na Constituinte de 1823
Nancy Rita Sento Sé de Assis (UNEB)40

A revolta kiriri de 1797: protagonistas e autoridades em conflito
Fabricio Lyrio Santos (UFRB)40

A tradição inventada como forma de manutenção do catolicismo no Brasil: análise do dia de Santos Reis em Muniz Ferreira
Genilson de Jesus Santos (UNEB)41

Com humildade, pobreza e observância da regra - A propaganda missionária na Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil, de Fr. Manuel da Ilha (1621) <i>Rafaela Almeida Leovegildo Franca (UFBA)</i>	42
Dom Frei Manuel de Santa Inês: um bispo português cruza o Oceano Atlântico e chega à Bahia para disciplinar almas e súditos (1762-1771) <i>Clarissa Pacheco Rios (UFBA)</i>	43
Entre esposas adúlteras e mulheres desonradas: Relações familiares e especificidades da bigamia masculina no atlântico português <i>Emily de Jesus Machado (UFBA)</i>	43
Índigenas, colonos e jesuítas nos sertões de Água Fria, Itapororocas e Jacuípe na Bahia de 1653 - 1700. <i>Alex Teixeira de Araújo (UFF)</i>	44
O Agreste na Independência do Brasil na Bahia: A participação dos negros e indígenas <i>Thiago Pinto Dantas (UCSAL)</i>	45
Práticas de cura, fé e religiosidade no Município de São Felipe (1990 a 2020) <i>Joseane Portugal dos Santos (UNEB)</i>	45

Minicursos

Histórias em Quadrinhos para o Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira <i>Savio Queiroz Lima (UFRGS)</i>	47
[Re]construindo o passado: Inventários e Testamentos na pesquisa historiográfica <i>Glenda de Castro Spósito (UNEB)</i>	48
“Vem jogar mais eu”: Capoeira Angola entre a memória e o movimento <i>Raquel Santos Souza (UFSC)</i>	49

ST 01 - Estudos Africanos e Afro-brasileiros: sociedades, culturas, resistências, artes e territórios

"Africanista" quem foi seu mestre? Análise de aspectos da formação dos professores que lecionam história da África na UNEB

Marcos da Conceição Reis (UNEB)

O presente trabalho aponta os resultados parciais da pesquisa intitulada: “Africanista” quem foi seu mestre? Análise de aspectos da formação dos professores que lecionam história da África na UNEB, Essa pesquisa é fruto de um projeto maior desenvolvido pelo professor Dr. Wilson Roberto de Mattos que tem como título “África na Bahia: Ensino e Pesquisa em História da África na Universidade do Estado da Bahia (2003-2017)”, e fomentada pelo programa de bolsas de pesquisa e extensão – AFIRMATIVA-UNEB, que se destinou a pesquisar sobre a implementação, as mudanças e demais ocorrências observadas na estrutura de organizações acadêmicas e funcionamento das atividades de pesquisa e de ensino sobre a História da África, entre os anos 2003 e 2019, analisando os diversos elementos que compõem o perfil curricular, as atividades de pesquisa e a formação dos professores dos cursos de graduação e de pós-graduação dos 9 (nove) Departamentos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que oferecem curso de graduação em História. Partindo disso, nasceu a necessidade de construir um cenário histórico, reflexivo, avaliativo e propositivo sobre a pesquisa e o ensino de História da África na Bahia, a partir da UNEB, diante das determinações contidas na Lei Federal nº10639/03 por entender que a distinta universidade tem extrema relevância na criação e implementação de políticas afirmativas. O trabalho se dedicará a pesquisar os elementos que compuseram o processo de formação acadêmica dos professores que lecionam disciplinas sobre História da África na UNEB, consultando o currículo de cada um desses professores, disponível na Plataforma Lattes, analisando, em especial, o processo de formação continuada desses professores através dos cursos de pós-graduação, mestrados e doutorados pelos quais eles passaram os eventos de que participaram os professores que os orientaram, além de outras atividades presentes nos currículos que possibilitem avaliar aspectos do seu (deles) processo de formação. Como forma de concretizar as propostas deste trabalho, utilizamos um número variados de metodologias, que são permeados pelos seguintes temas: história do negro no Brasil, Políticas públicas, Ensino de África e cultura Afro-brasileira. As análises do material de pesquisa demonstraram que, de um modo geral, os professores pesquisados, através de seus currículos, apesar de demonstrarem uma boa formação, na sua maioria, não apresentaram um conhecimento formativo satisfatório na área dos estudos históricos africanos. O que demanda da universidade ações de formação continuada desses professores com vistas a atender os dispositivos legais no que diz respeito ao cumprimento do que dispõe a Lei Federal 10639-03 e à própria qualidade da formação dos estudantes de graduação em História.

Afrobetizar pelas letras de samba: sequência didática para estudantes da educação de jovens e adultos

Eunádia Santos de Souza (SEC - Bahia)

Este estudo investigou a influência das letras de samba no processo de afrobetização na Educação de Jovens e Adultos (EJA), por meio da implementação de sequências didáticas

em turmas da EJA. Buscamos também avaliar o impacto desse método no aprofundamento do entendimento dos estudantes sobre as questões étnico-raciais. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada na pesquisa-ação, e contou com suporte teórico de autores renomados incluindo Arroyo, 2006, 2010, 2017; Dantas e Santos, 2020; Di Pierro, 2010, 2020; Freire, 2012, 2014, 2018; Gomes, 2002, 2021; Kleiman, 2018, 2020; Koch, 2002; Munanga, 2014; Rojo, 2004, 2009; Sodré 2012, Soares, 2011, 2019. Nesse contexto, recorreremos também a pesquisa bibliográfica para dar suporte teórico as discussões e reflexões em torno da produção de dados junto aos envolvidos no processo da pesquisa. Os resultados revelaram que as letras de samba desempenham um papel crucial no processo de afroetização na EJA, fornecendo uma abordagem enriquecedora para a educação antirracista. A sequência didática desenvolvida representa uma ferramenta valiosa para os educadores interessados em trilhar por esse caminho. Ao adotar esse método, os professores têm a oportunidade de aprimorar significativamente a experiência educacional de seus alunos, promovendo a valorização da cultura afro-brasileira e o desenvolvimento integral dos aprendizes. Como produto final, desenvolvemos uma sequência didática modelo centrada nos processos de afroetização, destinada a enriquecer a prática pedagógica dos professores, especialmente no que diz respeito às questões étnico-raciais e às particularidades dos estudantes da EJA

Palavras-chave: Samba. Educação de Jovens e Adultos. Pesquisa Qualitativa. Afroetização. Sequência Didática. Intervenção Pedagógica. O trabalho tratar da temática EJA: apropriação de uma leitura crítica da realidade através das letras de samba, em que desatacamos a importância do gênero textual para apropriação da leitura e da escrita, para formar um estudante crítico e reflexivo, bem como torná-los capaz de interpretar e construir, no âmbito social, novos conhecimentos a partir do uso e da leitura da escrita. É preciso salientar que ler e escrever são habilidades essenciais para a realização de novas aprendizagens e constitui fatores imprescindíveis para o aperfeiçoamento científico

Artes Cênicas Negra e questões ético-raciais

Iago Gonçalves dos Santos (UNEB)

Este trabalho pretende discutir sobre a presença de artistas negros/negras no campo das artes cênicas no Brasil e as questões étnico-raciais. Para tal, nos debruçamos sobre a história do teatro negro no território brasileiro desde das primeiras encenações de cunho religioso com os jesuítas até grupos de teatro vinculados ao movimento negro como o TEN (Teatro Experimental Negro) de Abdias do Nascimento e o Bando de Teatro Olodum da Bahia surgidos no século passado. São exemplos de propostas teatrais que trouxeram uma indiscutível contribuição na luta antirracista e no processo de abalar as estruturas de uma história cênica fincada numa arte elitista e excludente. Em seguida, discorreremos sobre como o teatro enquanto arte, essencialmente, do coletivo, reproduz ou combate formas de desigualdade e discriminação racial típicas do modelo social vigente. A nosso modo de ver, as possibilidades de contribuição do manancial da cultura negra para o teatro, e outras práticas cênicas negras, ainda não foram, suficientemente, analisadas no contexto artístico e acadêmico. E, mesmo discussões e proposições que vêm sendo realizadas por educadores, artistas e investigadores, interessados nessa temática, seja nas artes cênicas ou em áreas afins, encontram dificuldades para fruição, o que nos leva a considerar que pouco se tem pesquisado e discutido a respeito da experiência negra nas artes cênicas brasileiras. Não podemos perder de vista que numa sociedade construída sobre o mito de democracia racial como a nossa onde se mantém as desigualdades étnico-

raciais e há pouca acessibilidade do negro à produção cultural, refletir sobre o ser negro/negra no campo das artes cênicas é fundamental no processo de transformação social, principalmente para quem aspira um mundo mais equânime e menos racistas. Vale ressaltar que se trata de um pesquisa de natureza qualitativa, sendo que o aporte teórico será constituído por obras que tratam da história do teatro brasileiro e a cena negra e por autores que discutem a relação entre o teatro e racismo no Brasil, dentro os quais destacamos D'Adesky (2005), Faria (2021), Lima (2019), Munanga (2009), Terra (2023), entre outros.

Palavras-chave: Cultura negra; arte cênica; racismo; etnia.

Autodeterminação feminina na trilogia romanesca do Bissauguineense Abdulai Sila

Suely Santos Santana (UNEB)

A afirmação do direito das populações bissau-guineenses de por si só decidirem as suas vidas, “caminhar com os próprios pés e pensar pelas próprias cabeças” é mais uma exortação marcante nas narrativas do escritor Abdulai Sila, constituindo-se como mais uma dimensão da nação como narrada por ele. Suas narrativas parecem ter sido alternativas encontradas para sentido de conclamar e motivar a população para continuar numa luta cujo objetivo primordial era mudar o status quo da população no presente, invocando um passado de luta, resistência e de glórias que culminou com a derrubada do poder colonial. Observa-se nas narrativas de Sila que nem sempre se utilizou como primeiro recurso as armas ou mesmo a força física nessa luta. Obviamente que não se está discutindo a legitimidade ou não de uma ou outra forma de enfrentamento, ao contrário, muitas vezes elas foram bastante usadas, mesmo porque foram extremamente necessárias. Todavia, a afirmação quer dizer que, se é verdade que muitas vezes as armas foram usadas contra os colonizadores de forma violenta, como forma de enfrentamento ou mesmo de defesa, não é menos verdade que outras armas talvez menos violentas, mas tão eficazes como estas foram recursos usados pelos colonizados no enfrentamento e posterior expulsão dos colonizadores das terras bissau-guineenses. Um, dentre outros desses recursos, foi a não aceitação das imposições do poder colonial, quer esse poder viesse através das instituições oficiais criadas, quer pelos micropoderes disseminados horizontalmente no tecido social colonialista. Contra esses últimos, as pequenas insubordinações e desobediências cotidianas individualizadas e não ruidosas são indicadores da existência, ao menos subjetiva, da manutenção da autodeterminação, mesmo em condições das mais adversas. O enfrentamento, a reivindicação de direitos, a prevalência das suas vontades, mesmo em meio ao formato estrutural de dominação colonial, são leituras possíveis de serem empreendidas acerca de protagonistas na trilogia romanesca do escritor, composta pelos romances Eterna paixão, A última tragédia e Mistida. O texto proposto pretende refletir acerca desses exemplos de autodeterminação a partir de personagens femininas de força e resistência exemplares como Mboubi, Ndani e Djiba Mané, nos livros que compõem essa trilogia. Desobediências sutis, pequenas sabotagens domésticas, insubordinações silenciosas, desafios às convenções sociais, dentre outros expedientes cotidianos individualizados transformam essas mulheres em representações de um tipo de resistência que evidencia o principal limite da dominação colonial, qual seja: a impossibilidade de desumanização absoluta do colonizado.

Códigos de posturas municipais; vigiar, controlar, punir e reprimir os povos Negros, no Período de 1850 a 1880

Kauan da Silva Wilmsen (UNEB)

Este resumo expandido visa abordar e socializar algumas informações do projeto de Mestrado, cujo tema é “Códigos de posturas municipais; vigiar, controlar, punir e reprimir os povos Negros, no Período de 1850 a 1880” onde busco esclarecer como essas leis foram utilizadas pelas elites para modernizar, normatizar e higienizar, para tentar trazer e estabelecer uma nova realidade para as cidades, para tentar atrair mais pessoas, novos investidores e por fim melhorar as atividades econômicas. Mas este trabalho tem um propósito de ir mais além, assim como estas leis foram, pois elas passaram a atingir a esfera social e cultural, atingindo os costumes e tradições do povo negro, pois segundo THOMPSON (1998, p. 86) “os costumes em geral se desenvolvem, são produzidos e criados entre as pessoas comuns, sendo por isso chamado de vulgares consuetudines”. Portanto, aquelas práticas que eram consideradas banais e selvagens pelas elites, para as massas populares competiam em algo extremamente natural e normal, porque fazia parte do seu cotidiano. Por conta disso, houve uma certa resistência no processo de implementação desses novos modelos de civilidade. Além disso, nesse período o Brasil estava recebendo uma grande influência europeia que era assimilada e imposta para os povos subalternos negros na condição de escravo ou liberto, imigrante ou pobres, pelas elites. Eles faziam uso da lei como um de seus principais pilares para estabelecer parâmetros, princípios, condutas sociais e formas comportamentais. Além disso, penetravam em uma nova esfera atingindo os costumes da população negra, atacando sua cultura, sua forma de agir e de se comportar, inibindo sua presença e sua existência dentro do espaço social. É de suma importância se debruçar nessa pesquisa para tentar catalogar, debater e estabelecer uma conexão entre as elites, as leis, debatendo como eles faziam uso das mesmas para estabelecer um controle sobre os indivíduos. Outro fator de extrema relevância é analisar o racismo estrutural que estava inserido dentro da conjuntura política, uma vez que a maioria dessas leis e medidas eram criadas e estabelecidas para suprimir os costumes dos povos negros. Logo, é de suma importância deixar claro como essas posturas foram ferramentas utilizadas para manobrar e moldar a população subalterna, destacando sua participação nesse processo de implementação dessa suposta “civilidade” que vinha da Europa e era implantada no Brasil.

Experiências culturais da Diáspora Africana nos festejos à Padroeira de Valença-Ba, Nossa Senhora do Amparo.

Paulo Vitor Souza da Luz (UESC)

Apesar de a diáspora negra ter sido um resultado traumático da opressão colonial e da escravidão, ela também gerou diálogos culturais ricos e complexos que transcendem as fronteiras geográficas. Uns dos resultados dessas trocas culturais diaspóricas podem ser vistas nas festas populares religiosas na Bahia. Ao estudarmos as culturas populares por meio das festas, tradições, ritos e celebrações, notamos que essas práticas refletem a identidade sociocultural de um povo. Essa identidade surge da interação de várias expressões culturais que se entrelaçam em um único ambiente, enriquecendo a experiência intercultural dos sujeitos. As manifestações das religiosidades populares não apenas refletem os costumes, mas também encontraram uma janela para a compreensão da cosmovisão de um povo em seu contexto histórico. Um exemplo dessas experiências

culturais diaspóricas está na festa de Nossa Senhora do Amparo no município de Valença, no Baixo Sul da Bahia. A santa é cultuada na região desde o século XVIII e ao longo dos anos sempre esteve voltada para as classes populares. Motivo este que resultou na negação da devoção pela elite local ainda no século XIX, quando buscaram instituir uma nova devoção através da construção de uma matriz dedicada ao Sagrado Coração de Jesus, tornando-o o padroeiro oficial da cidade. Tal apropriação da nova devoção apresentou-se como negação as práticas devocionais a santa que já era venerada desde o século anterior. Ainda no século XIX a devoção tem um novo impulso com o surto de industrialização na cidade. Uma das fábricas é batizada com o nome de Nossa Senhora do Amparo e a santa passa ser intitulada como padroeira dos operários. De lá para cá, a festa de Nossa Senhora do Amparo configurou-se como a maior festividade da região, o que resultou na oficialização da santa como padroeira de Valença pelo poder público. A festividade passou por diversas (re)configurações com inserções de diversas expressões culturais como as lavagens, o Candomblé Elétrico, a Zambiapunga, os blocos de rua, as charangas, as barracas e parques, dentre outras práticas culturais. O próprio catolicismo manifestado pelos devotos se apresenta através de um pluralismo cultural, comportamento comum nas festividades religiosas baianas. Um exemplo está na procissão da padroeira, momento considerado o êxtase da festa. Nesse contexto, o trabalho busca compreender como a festa de Nossa Senhora do Amparo está inserida no fluxo cultural da diáspora africana, identificando os pontos de diálogos com outras festividades populares religiosas. Caberá ainda caracterizar as práticas que constroem a identidade dos festejos a padroeira de Valença-BA. Para alcançar esses objetivos, o estudo utiliza fontes iconográficas, documentais, textuais e fontes orais.

O processo histórico da certificação de duas Comunidades Quilombolas como elemento para a formação docente, no município de Presidente Tancredo Neves-BA.

Marizete Sampaio dos Santos (UFRB)
Profa. Dra. Jurema Machado (UFRB)

Esta pesquisa está sendo desenvolvida no Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com o objetivo de investigar o processo histórico de certificação das Comunidades Quilombolas do Alto Alegre e Pau da Letra, no município de Presidente Tancredo Neves-BA, buscando responder o seguinte questionamento: Quais os elementos históricos, econômicos, sociais e culturais presentes na organização destas comunidades? A proposta para o trabalho final do curso é o desenvolvimento de uma Cartilha voltada à formação de professores, destacando as trajetórias de luta que dão visibilidade aos sujeitos de cada uma das comunidades. Quanto ao referencial teórico, as reflexões irão contemplar estudos sobre legislações específicas, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCNEB 2013) e da Educação Escolar Quilombola; as Leis N° 10.639/2003 e 11.645/2008, além de outros estudos voltados à temática, pois “[...] Uma súpula da história do negro no Brasil (ou do negro brasileiro, ou ainda, do brasileiro negro) deve começar assim, pela atualidade, desvelando as condições e maneiras pelas quais o negro percebe a sua história” (SANTOS, 2015, p. 16). É preciso considerar o que os sujeitos da pesquisa têm a nos dizer, referente às suas histórias, organização econômica, social e cultural, enfim, suas lutas diárias. Assim, a abordagem histórica destacará as vozes de diferentes atores que protagonizam a relevância social e política das referidas comunidades. A abordagem da

pesquisa será qualitativa, pois favorece uma análise minuciosa sobre os fatos. Quanto à metodologia, a coleta de dados dar-se-á por meio de visitas para estabelecer diálogos e conhecer as narrativas orais das comunidades, ter acesso a documentos e objetos históricos, além da aplicação de questionários, pois, com o questionário temos "[...] a finalidade de aprofundar as questões e esclarecer os problemas observados [...]" (ANDRÉ, GATTI, BARRETO, 1995 p. 28). Referências: ANDRÉ, Marli Eliza de André, GATTI, Bernadete Angelina; BARRETO, Elba de Sá; Etnografia da Prática Escolar. 12ª Ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995; SANTOS, Joel Rufino dos. Saber do Negro – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

Praça do Reggae: Musicalidade, identidade e resistência no Pelourinho (1999-2005).

Marcos Antonio Calhau dos Santos (UNEB)

Tendo em vista as diversas inquietações do campo da História da Cultural, que vem colaborando significativamente na compreensão dos contextos históricos, como também compondo novas teorias, metodologias, categorias, noções e conceitos, da mesma forma que vem possibilitando novas formas de apropriação do conhecimento histórico, desta forma, a historiografia da cultura brasileira vem dando voz a sujeitos por vezes marginalizados, cujas canções, performances e trajetórias eram entendidas como desconexas da tradição cultural brasileira. A historiografia aponta para os diversos percursos que a canção desenvolveu ao longo da história, demonstrando as alterações sofridas mediante as relações políticas, sociais e econômicas em determinados contextos, cada gênero desenvolveu sua trajetória particular e difusa. Partindo deste pressuposto, o presente trabalho busca analisar como o Reggae se constituiu historicamente desde sua concepção na Jamaica nos idos dos 1970, verificando o processo de hibridização e internacionalização sob intensa influência da globalização e da indústria cultural, até sua recepção no Brasil, mais especificamente na Bahia, Disto, buscamos perceber se houve alterações no cenário fonográfico e cultural baiano por influência dos ritmos jamaicanos, sobretudo o Reggae. Deste modo, nos interessa também compreender como as bandas, artistas, compositores, entidades e demais sujeitos assimilaram, adequaram e ressignificam essa influência, ou seja, entender seus modos de fazer o Reggae na Bahia. Por seguinte, entender como o Reggae baiano se conectou a rede atlântica de diásporas africanas espalhadas pelo mundo, sobretudo observando como esse processo transcorreu no Pelourinho, nos bares de Reggae, mais especificamente na Praça do Reggae, desta, analisar como os sujeitos reagiram frente às ações elitistas implantadas pelo Estado através do processo de requalificação do centro histórico de Salvador, a partir disto, verificar como o reggae serviu de plataforma de manifestação político-social contra o racismo, preconceito e segregação que ocorria no Pelourinho, para além, perceber as formas de resistência e quais foram os impactos na sociedade baiana, principalmente na constituição das identidades da população negra.

Racismo fiscal na província da Bahia: um aspecto da exclusão econômico-social da população negra baiana na segunda metade do século XIX.

Wilson Roberto de Mattos (UNEB)

A comunicação a ser apresentada deve ser considerada como um primeiro esboço resumido, de um projeto de pesquisa em curso que tem por objetivo identificar e problematizar determinados aspectos estruturais precisos, responsáveis pela reprodução

do poder e posição de dominação econômica, política e social das elites escravocratas brasileiras e de seus herdeiros subsequentes, em um modo aqui nomeado de Razão Racista. Neste projeto de pesquisa, tomamos o racismo anti-negro, bem como, as (des)razões que o justificam, como o principal fundamento que confere sustentabilidade aos mecanismos concretos de reprodução da dominação social e racial que caracteriza a sociedade brasileira, pelo menos desde o século XIX. A Razão Racista é aqui entendida como um conjunto de dispositivos científicos, ideológicos, econômico-sociais, jurídico-legais e culturais que sustentam e conferem legitimidade social, de um lado, a um imaginário de relações raciais tido como harmonioso, ideologicamente hegemonizado como uma das principais características positivas da brasilidade e, de outro lado, a um conjunto de práticas concretas que efetivamente são responsáveis pela produção e reprodução histórica das desigualdades e da dominação entre as diferenças racializadas da população. A conjunção desses dois fatores, aparentemente paradoxal, é uma das principais heranças estruturais do passado escravista colonial brasileiro. Nesta comunicação tomando como fonte privilegiada os Relatórios dos Presidentes de Província da Bahia, na segunda metade do século XIX -em especial, os detalhados demonstrativos orçamentários-, o objetivo é tematizar e refletir sobre a profunda distância que separa, por um lado, a arrecadação fiscal, majoritariamente fundamentada na taxação de atividades ligadas direta ou indiretamente ao trabalho desenvolvidas pelas populações negras, escravizadas, livres e libertas e, por outro lado, os gastos públicos executados para o financiamento da iniciativa privada dominada pelos brancos e, sobretudo, os significativos montantes gastos com políticas de repressão e disciplinarização dessas mesmas populações negras. Configura-se assim o que poderíamos nomear como racismo fiscal. Tomando como referência a Província da Bahia, a hipótese a ser levantada e problematizada é a de que o racismo como dispositivo de exclusão tanto de natureza econômico-social como jurídico-política ou ideológica, nos seus variados formatos, se institui, historicamente, como o fundamento estrutural que impregna e sustenta o processo de desenvolvimento em qualquer formação econômico-social de origem escravista.

Revista “Escola Primária”: a construção racializada de uma educação primária brasileira (1930-1940)

Juan Vitor dos Santos Fernandes (UNEB)

O processo de nacionalização da educação no Brasil surgiu como resposta para o projeto de fortalecimento do estado. A década de 1930, é o período no qual se concentram os resultados das reformas educacionais que foram implementadas ao longo da Primeira República, bem como a obrigatoriedade da instrução primária por meio do Estado. A educação então figurava a necessidade de combater o analfabetismo, fortalecer a ideia de pátria, e atender os ideais de modernidade e civilidade, que se concentrava principalmente a população negra brasileira. Paralelo a isso ainda coexistia o desejo de enfraquecer a organização político-cultural das colônias que se estabeleceram no país no início do século. A pesquisa busca compreender, de que maneira o governo Vargas, organizou as demandas políticas e ideológicas da sociedade brasileira, por meio da educação, e como essas políticas educacionais refletem nas populações negras. Para o desenvolvimento do projeto proposto, tem como material de análise a revista “A Escola Primária”, na qual será lançado um olhar analítico para os seus artigos, a fim de traçar caminhos para a compreensão dos ideais políticos e pedagógicos na presente década. A revista em questão, figura como material de formação continuada dos professores, onde os temas abordados na mesma podem ser observados a partir da perspectiva de um projeto de políticas

pedagógicas condizentes com os ideais educacionais pensado pelo estado, uma vez que sua edição era feita pelos inspetores escolares do Rio de Janeiro, até então sede do poder político do Brasil. A proposição desse trabalho vem sendo algo no qual tenho trabalhado desde a graduação, e agora estou amadurecendo no programa de mestrado. Desse modo, o projeto busca somar com compreensão do sistema educacional que estava sendo articulada no período de 1930 até 1940, no qual o estado assume responsabilidade pela garantia da educação primária e a estruturação de seu currículo escolar. Além disso, o projeto também propõe investigar como a política de centralização ideológica e partidária vinculada pela educação atinge as populações negras partindo da análise do silenciamento desses grupos, silenciamento esse que estava presente na constituição de 1934, no Art. 138 A, que se coloca a “estimular a educação eugênica”. Analisando assim como se deu processo de racialização da educação, observando qual o lugar destinado as populações negras. Colocando dessa forma, os grupos negros num contexto de silenciamento cultural, a partir do momento em que a política educacional tinha como objetivo restringir os reflexos culturais e sociais desse grupo. Tornando-se um dos principais alvos dessa política ideológica, civilizadora e nacionalista do estado. Palavra-chave: educação, revista, raça, negro.

SAMO... Pedro Kilkerry, Jean-Michel Basquiat, das pilhagens ou o modus da crítica

Josenel dos Santos Oliveira (UFBA)

Na comunicação, analiso as repetições das formas como a crítica literária e cultural aborda a vida e a produção artística negra. A partir dos “casos” de Pedro Kilkerry, poeta simbolista santoantonienense, do entre século XIX e XX, “ignorado” pela crítica literária brasileira, e do artista visual moderno negro estadunidense que teve uma “vida conturbada” nas últimas décadas do século XX, Jean-Michel Basquiat, refletirei sobre como determinados procedimentos da crítica se relacionam a uma postura crítica arraigada em critérios deterministas ou, no limite, racistas, da crítica literária brasileira, para o caso de Kilkerry, e da crítica cultural e de arte, no “caso de Basquiat”. Emprestando a expressão, "Samo", same old shit, “a mesma merda de sempre”, utilizada por Basquiat para assinar as suas pinturas nos muros da Nova Iorque da década de 80, eu analiso essas “repetições”, essa continuidade, “a mesma abordagem de sempre”, de alguns procedimentos da crítica literária e cultural quando tratam desses artistas. A “repetição” observada por Basquiat e sintetizada no acrônimo serve como “operador de leitura” na tese para se observar como a crítica cultural e literária, têm, nos casos desses artistas, se limitado a considerar questões tais como: condições de vida miseráveis, alcoolismo ou consumo de drogas e entorpecentes, loucura ou genialidade, processos de alfabetização ou de “letramento artístico” não formais, contrastes opositivos tais como natureza/cultura e sentimento/pensamento, perturbações psíquicas e, principalmente, como esses artistas, via de regra, a despeito dessas questões constituem-se em “destaques” na cena artística e no cenário cultural de sua comunidade. De modo geral, essa crítica tem considerado esses artistas como “insólitos”, “deslocados”, “acidentes”, “milagres”, “inadaptados”, “fora do lugar”. Nessa perspectiva, o objetivo que subjaz a pesquisa é “revirar” esses arquivos sobre Kilkerry e Basquiat, a fim de possibilitar a observação de questões que obliteraram a “consagração” desses artistas e, no limite, pilham as suas experiências. Em linhas gerais, as abordagens críticas desses artistas têm se dado sobretudo em duas linhas de análise que detalho na tese como: a da tentativa de familiarização com artistas brancos, como forma de “dar coerência” e sentido a suas obras ou, com mais frequência, considerando esses artistas negros como uma “espécie de milagre”, um “acidente da natureza”.

Palavras-chave: Samo. Pedro Kilkerry. Jean-Michel Basquiat. Pilhagens. Modus da crítica.

“África essa nossa (des)conhecida: Panorama das pesquisas sobre África realizadas por professores da UNEB”

Gabriela Brandão Alves (UNEB)

O presente trabalho intitulado “África, essa nossa (des)conhecida: Panorama das pesquisas sobre África realizadas por professores da UNEB” é fruto do projeto “África na Bahia: Ensino e Pesquisa em História da África na Universidade do Estado da Bahia (2003-2019)” desenvolvido pelo o professor Dr. Wilson Roberto de Mattos, fomentado pelo programa de bolsas de pesquisa e extensão-AFIRMATIVA, que se destina a analisar as publicações feitas por professores de história dos 9 campus da UNEB que oferecem curso de graduação em História, pesquisando o ensino de História da África e examinando as diversas temáticas abordadas. Esse sub-projeto, é pautado nas demandas que se apresentaram com a Lei Federal 10639-03, pretende analisar a produção científica publicada (livros, artigos, capítulos de livros e similares), produzida pelos(as) docentes da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) que lecionam componentes curriculares referentes à História da África nos 9 Departamentos da UNEB, a saber: Salvador, Santo Antônio de Jesus, Alagoinhas, Jacobina, Conceição do Coité, Eunápolis, Caetité, Itaberaba e Teixeira de Freitas. Através desse levantamento e análise, a partir do Currículo Lattes de cada professor(a) disponibilizado na Plataforma do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), foi produzido um panorama histórico, crítico e reflexivo sobre a pesquisa em História da África na UNEB, comparando Departamentos e, sobretudo, procurando identificar o perfil historiográfico e teórico-metodológico das produções. A pesquisa em questão para obter os resultados, seguiu o seguinte percurso: Estudos bibliográficos sobre os estudos africanos no Brasil; Levantamento da produção sobre História da África feito por professores que lecionam componentes de História da África nos 9 cursos de História da UNEB; Análise da produção usando uma metodologia comparativa classificando e organizando a produção a partir de critérios específicos, tais como: regularidades historiográficas, similaridades teóricas, temas prioritários etc; E as comparações entre a produção dos professores e as demais produções contemporâneas sobre a História da África feita pelos principais historiadores africanistas brasileiros. O projeto visa contribuir não só para a definição mais precisa do cenário da pesquisa sobre História da África na UNEB, como também, os resultados podem servir de auxílio para as políticas de pesquisa da mesma. Pois, sendo uma universidade que abriga uma comunidade acadêmica que é em partes formada por negros essas informações quantificadas e analisadas auxiliará os cursos a redefinirem seus currículos e assim formar professores da Educação Básica com um maior conhecimento sobre o continente africano, influenciando diretamente na qualidade da educação brasileira.

“Porque é um amor impossível”: Machado de Assis, gênero e escravidão em Mariana (1871).

João Matheus Silva Guimarães (UNEB)

Alexandre Bartilotti Machado (UNEB)

Machado de Assis é um dos maiores nomes da literatura brasileira. Possuindo uma vasta gama de romances, contos, novelas, poemas e artigos jornalísticos, o “Bruxo de Cosme Velho” (epíteto dado por Drummond) abordou diversos temas caros ao Brasil entre eles o sistema escravocrata. Neste artigo temos como o objetivo analisar e compreender a representação que Machado de Assis cria sobre a escravizada Mariana do conto homônimo de 1871. Para isso, utilizaremos de conceitos importantes como gênero (SCOTT, 1990), raça (GUIMARÃES, 2008) e representação (CHARTIER, 2002). Mariana nunca chegou a ser incluso dentro das coletâneas de contos elaborados por Machado de Assis, algo bastante intrigante devido ao tema da escravidão ser tão explícita. O conto se passa durante o momento da Lei do Ventre Livre, o qual Machado de Assis observava com bastante atenção como é discutido por Sidney Chalhoub em Machado de Assis: Historiador. Mariana, escrava "quase senhora", vive dentro do lar senhorial e participa ativamente do núcleo senhorial. Lá ela aprendeu a ler e escrever e um pouco de francês, porém o estigma da escravidão permanece sempre vigilante na personagem, lembrada várias vezes pelo protagonista da obra, o senhor-moço, Coutinho. Todo o romance é um grande dramalhão marcado por vários clichês do movimento romântico e o mais expoente é o clichês do amor impossível - o casal separado por uma rixa familiar, a amada é casada, irmãos e etc - , porém, o que mais nos interessa dentro do conto é como Machado de Assis subverte o óbvio clichê. Uma escrava se apaixona pelo seu senhor, Machado de Assis atribui a personagem-título um atributo comum a todos e ainda por cima dignificante tirando-a do lugar comum do escravo sem atributos, o escravo coisificado e sem individualidades. O amor impossível surge como um engrandecimento da personagem-título que mesmo caminhando na linha tênue entre liberdade e escravidão ainda é dotada de sentimentos e desses sentimentos individuais vem a sua rebeldia e seus enfrentamentos. Mariana e seu suicídio no fim do conto, mesmo sendo colocado como algo que pouco afeta os personagens que escutam Coutinho mais velho, é ainda um sinal de resistência pois lembra-nos muito dos suicídios por amor comuns do romantismo europeu.

ST 02 - Mundos do trabalho: experiências de trabalhadores, associativismo e luta por direitos, mediação legal e institucional, interseções entre trabalho, classe, gênero e raça.

Fumicultura e trabalho: A importância das empresas produtoras de fumo na sociedade e economia de Cruz das Almas Bahia

Adnaelle de Jesus da Cruz (UNEB)

O cultivo de fumo na cidade de Cruz das Almas é datado do fim do século XIX, e marcado pela chegada da família Suerdieck no Recôncavo Baiano. Ao decorrer dos anos, a fumicultura foi apresentando um crescimento contínuo. Em decorrência desse desenvolvimento, foram construídas empresas que atuavam nesse segmento, como a Suerdieck & CIA responsável pela produção de charutos e cigarrilhas, e a empresa Agro Comercial Fumageira Ltda, pertencente também ao grupo Suerdieck. A Agro foi fundada para o cultivo em grande escala de fumo, em específico a espécie Sumatra originária da Indonésia. O fumo cultivado na Agro, era produzido para beneficiar exclusivamente a Suerdieck para o fabrico dos produtos feitos por esta, além de exportar também para outros países. O fumo então, passou a ser um dos principais produtos da economia cruzalense, sobretudo, no setor do trabalho da cidade. A Agro chegou a contratar quase dois mil trabalhadores nos campos de cultivo de fumo pertencente a ela, podendo aumentar o quantitativo de trabalhadores devido aos períodos de produção. A Suerdieck também possuía uma grande quantidade de operários em sua fábrica. Com vários trabalhadores que encontravam nas empresas os meios de subsistência necessários para sua família. Muitos trabalhavam anteriormente na agricultura familiar, sendo necessário a transferência para o trabalho assalariado. Posteriormente, no ano de 1996 houve um problema grave nos fumos cultivados pela Agro, levando a perda da safra daquele ano. Em decorrência desse acontecimento, e de problemas administrativos foi decretada a falência da empresa, que estava atuando desde 1950 na produção de fumo, como resultado, vários trabalhadores perderam os seus empregos na empresa. Em consequência da falência da Agro, a Suerdieck também veio a encerrar suas atividades no ano de 1999. Demitindo muitos funcionários que tinham o seu sustento e de sua família na empresa. Tendo em vista o desenvolvimento da fumicultura em Cruz das Almas, a presente pesquisa visa compreender o papel dos trabalhadores nestas empresas, bem como, a importância do fumo e das empresas citadas para a economia da cidade, e as consequências desses fechamentos para a cidade e para os trabalhadores que tiravam seus sustentos delas.

Memória, religião e política: a trajetória da Juventude Agrária Católica na cidade de São Miguel das Matas - Ba, (1955 – 1969).

Emiriene Costa Santos (UNEB)

O presente projeto tem por finalidade retomar uma pesquisa realizada entre os anos de 1996 – 2006 na cidade de São Miguel das Matas (BA), e concentra seus esforços investigativos na trajetória da Juventude Agrária Católica (JAC), entre os anos de 1955 a 1969 - início e término do movimento na cidade. Tal período, marcado pela ditadura militar, aborda a intervenção da Igreja Católica em oposição ao poder político local. Este estudo visa compreender a trajetória de atuação e luta deste Movimento Católico que visando o homem do campo, enfrentou anos de confronto com o poder político local e

demais órgãos repressivos. Para uma compreensão analítica maior sobre o assunto, esse trabalho também dará enfoque à forte atuação do Movimento de Educação e Base (MEB), do sindicato rural, através da militância do vigário Monsenhor Gilberto Vaz Sampaio e de outros integrantes da JAC da época. A importância do resgate histórico, atrelado à relevância da história oral, nessa pesquisa, moveu-se em busca desse objeto de estudo: a Juventude Agrária Católica. Através das informações obtidas na referida cidade, foi possível constatar a grande atuação desse Movimento, suas contribuições, seu forte posicionamento no setor agrário e urbano, o que justifica o interesse em delinear esse objeto de pesquisa, a fim de também mapear as áreas rurais pelas quais a JAC atuou no território baiano. Em meio a toda essa efervescência política e cultural, a Igreja Católica a partir dos anos 1950 e 1960 experimentou algumas transformações através do envolvimento de bispos, padres, e religiosos com os segmentos marginalizados da sociedade, participando das lutas populares em todo o Brasil (CARVALHO, 2001, p. 164). A relevância desse projeto se apresenta, também, frente a escassez de trabalhos acadêmicos que abordem esse tema, o que faz desse resgate historiográfico um assunto importante a ser analisado, mapeado, a fim de que muitos tomem conhecimento dos acontecimentos e dos fatos que contribuíram para a atuação do movimento jacista no território citado e, sobretudo, para a compreensão de movimentos religiosos adotados em pequenas cidades do interior. Fontes orais, em conjunto com uma documentação cedida por ex-jacistas, e o acervo do CEDIC permitem a elaboração desse recorte em que a memória atuará como mola mestra, a fim de reconstituir, sob múltiplas perspectivas, a intervenção tanto da JAC como de outros movimentos da esquerda católica ainda em fase de experimentação, possibilitando a constituição de um acervo bibliográfico sobre o assunto em questão.

Os sons da cidade: negros músicos e seus lugares no tecido urbano de Salvador na primeira metade do século XIX

Marcele da Silva Moreira (UFBA)

Esta comunicação tem como escopo delinear os contornos musicais que conferiam à cidade do Salvador a sua essência sonora e também compreender de que forma músicos negros atuaram desempenhando o ofício em alguns espaços/lugares da cidade. Para tanto, mister trazer um panorama que permita uma aproximação do ambiente musical daquela época de modo a apreender, quais músicas eram tocadas, os espaços onde eram tocadas, e de que maneira circulavam pela cidade. Compreender a musicalidade presente nas terras brasileiras, pressupõe análises acerca da dinâmica social, cultural, religiosa de seus habitantes, e por isto, importa considerar que indígenas e africanos, imprimiam nas melodias suas marcas que se entrecruzaram com uma musicalidade europeia. Os sons atinentes aos ritos religiosos, lundus, modinhas, batuques produzidos por flautas, tambores, atabaques, maracas, marimbas, violas, permeavam a então América-Portuguesa, e isto não passou despercebido aos olhares estrangeiros. Em sua viagem pela Bahia em 1802, Thomas Lindsey viu passar uma banda de música composta de ‘pretos retintos’, ensaiados por barbeiros cirurgiões negros, músicos itinerantes há muito tempo. Assim como Lindsey, outros viajantes como Debret e Johann Pohl, também deixaram suas impressões acerca dessa musicalidade marcada pela presença de negros músicos no Rio de Janeiro e Espírito Santo, respectivamente. Com esse propósito, me apoio em um arcabouço documental que engloba registros de olhares estrangeiros que suscitam uma presença marcante de músicos negros na Cidade da Bahia; periódicos da época que suscitam pistas intrigantes nos anúncios de serviços de bandas de música capitaneadas

por mestres barbeiros; além de documentos que atestam contratação da música para animar cerimônias religiosas de cunho católico, localizados na Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Assim, me interessa analisar as experiências e dinâmicas sociais vividas por negros, crioulos, mulatos e pardos (cativos, livres e libertos), que atuaram como músicos em Salvador na primeira metade do oitocentos. Busco entender quais estratégias (individuais/coletivas) foram mobilizadas por esses sujeitos, para transitarem nesta sociedade profundamente marcada pelo escravismo com suas estruturas hierárquicas sociais norteadas pela cor da pele. Importa, por fim, compreender de que modo esses músicos contestaram os lugares “sociorracias subalternizados” impondo essa presença negra, de cor, em outros espaços sociais.

Palavras-chave: negros; músicos; lugares; Salvador; Século XIX

Sociedade Protetora dos Desvalidos: a consolidação do associativismo negro na ordem imperial

Lucas Ribeiro Campos (UFBA)

Em 29 de outubro de 1851, um grupo de trabalhadores de cor, livres e libertos, incluindo marceneiros, pedreiros, alfaiates, sapateiros, carpinteiros, carpinas e outros, instalaram na cidade de Salvador a Sociedade Protetora dos Desvalidos (SPD), com sede na Igreja do Rosário das Portas do Carmo. A SPD foi a primeira associação civil negra do Brasil, dedicada a garantir proteção aos trabalhadores “de cor preta”, como socorros em momentos de doença, auxílio funerário, suporte jurídico e aposentadoria na velhice. Além disso, garantia pensões para viúvas e auxiliava na educação de órfãos. Em 22 de agosto de 1860, o governo imperial promulgou a lei nº 1.083, que tornou obrigatório a todas as associações do império brasileiro solicitar autorização de seus estatutos. A “Lei dos Entraves”, como ficou conhecida, além do controle em relação à dinâmica financeira do Império, tinha como objetivo a fiscalização das associações civis. Deste modo, algumas associações negras, como a Sociedade Beneficente da Nação Conga (1861), Sociedade de Beneficência da Nação Conga "Amiga da Consciência" (1874) e a Associação Beneficente Socorro Mútuo dos Homens de Cor (1874), tiveram seus estatutos vetados e foram proibidas de funcionar, sob alegações dissimuladas do Conselho de Estado de que os homens de cor não necessitavam de instituições mobilizadas através da identidade racial. Diante dessa política racial restritiva, a pesquisa buscou responder ao seguinte questionamento: como os membros da SPD conseguiram manter a associação em funcionamento, mesmo diante de uma ordem imperial que restringia qualquer mobilização a partir do pertencimento racial? Os resultados parciais demonstram que os membros da SPD tensionaram as brechas jurídicas do império, construíram uma imagem pública dentro das expectativas das autoridades e ocuparam um espaço em que foram capazes de pautar uma agenda política para os trabalhadores de cor, mesmo diante do silêncio em relação ao aspecto racial por parte do Estado Brasileiro. Os documentos utilizados para esta investigação foram as atas, requerimentos de inscrição, estatutos, ofícios, termos de aprovação dos sócios efetivos e protetores e outras fontes do acervo da SPD. Além disso, a pesquisa contou com documentos do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), como comunicados encaminhados ao Presidente da Província, atos do Governo e outros. Por fim, foram consultados jornais e almanaques na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional.

Trabalho e lazer no cotidiano dos moradores de Conceição, na Ilha de Itaparica (1960-1970)

Willian dos Santos Teles (UNEB)

Localizada na Baía de Todos os Santos, a Ilha de Itaparica é um espaço dotado de mananciais naturais e com uma história imponente que começou com a ocupação da área pelos povos nativos, que dominavam a terra, com seus ritos e costumes. A partir do começo do século XIV, teve início a ocupação portuguesa. Durante a era colonial, a Ilha foi um lugar próspero devido a cultura canavieira e a criação de gado. Posteriormente, a Ilha de Itaparica desempenhou um importante papel nas lutas pela independência do Brasil na Bahia. Tempos depois, foi emancipada de Salvador e elevada à categoria de vila com a denominação de Denodada Vila de Itaparica e elevada a categoria de cidade em 1890. Anos mais tarde, em julho de 1962, a ilha foi dividida e o município foi desmembrado em três: Itaparica, Vera Cruz e Salinas da Margarida. Durante muitos anos, a Ilha de Itaparica foi referência de veraneio, devido as suas belas praias. Infelizmente, nos últimos anos, a ilha vem sofrendo um gradativo processo de abandono, mas ainda assim, segue sendo referência no que diz respeito à veraneio de qualidade, praias limpas e próprias para banho e um povo hospitaleiro e decente, como é o caso dos moradores da localidade de Conceição. Conceição tem suas origens em meados do século XVIII. de acordo com o memorialista Ubaldo Osório Pimentel, um dos marcos iniciais consiste na construção da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em 1776. No portal da igreja, é possível o número "1776". No século seguinte, o local era composto por fazendas, sendo que uma dessas propriedades tinha como proprietário o padre Ignácio Pereira, que, ao falecer, deixou a terra para seus "escravizados", conforme atesta uma certidão de posse que se encontra na mão dos descendentes dos legatários do padre. No documento, datado de 1866, mostrou-se preocupado com o futuro dos maiores, deixando-lhes as terras para delas tirarem a sua sobrevivência, e os menores viveriam dos rendimentos das frutas comercializadas. Ninguém sairia da propriedade, sob pena de perda dos direitos de ocupação da terra. Estes foram requerer a posse da terra perante a lei e obtiveram êxito. Nos anos seguintes, os legatários e os seus filhos permaneceram nas ditas terras, vivendo da pesca, das plantações de produtos como banana, produção de carvão, além da retirada dos cocos plantados nas terras deixadas pelo padre. A partir desses fatos, surgiu a localidade de Conceição em seu aspecto atual, sendo a terra ainda ocupada por descendentes desses homens e mulheres. A localidade de Conceição viveu seu auge nas décadas de 70 e 80 do século passado, devido a chegada do já extinto Club Méditerranée, que modificou as noções e práticas de trabalho.

“A calma reinante na Bahia só era aparente”: os movimentos grevistas dos mineradores do manganês em Santo Antônio de Jesus e dos fluvialários de Juazeiro, em 1950, e a atuação clandestina dos comunistas nos meios operários

Edinaldo Antonio Oliveira Souza (UNEB)

Em janeiro de 1950, um informante do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) relatou que a calma reinante na Bahia, após a cassação do Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1948 e durante o mandato do governador Octávio Mangabeira cassação, não somente era aparente como se limitava às camadas superiores da população. Encarando-se “de baixo para cima situação era bem outra”. Segundo o espião da polícia política, aproveitando-se da tolerância do governador, a cada dia os comunistas consolidavam a

sua posição entre os portuários, estivadores, transviários e tecelões, graças ao trabalho persistente de seus líderes. Ao mesmo tempo, eles procuravam “se infiltrar pelo interior do estado, principalmente nas cidades de Ilhéus, Feira de Santana, Itabuna e Juazeiro”. Suprimidos os principais canais de interlocução política do movimento sindical, a Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil (CTB), a União Sindical dos Trabalhadores Baianos (USTB), o PCB e os mandatos parlamentares dos comunistas, com os sindicatos fechados ou sob intervenção, as atenções tanto do ativismo sindical comunista quanto dos organismos de repressão estatal e patronal voltaram-se para o chão das empresas. Naquele contexto, tanto o informante do DOPS quanto o jornal comunista O Momento, obviamente por motivos diferentes, procuravam exaltar a inquietação grevista dos trabalhadores e a atuação dos comunistas nos meios operários. Dois movimentos grevistas eclodidos naquele ano – a greve dos mineradores do manganês no município de Santo Antonio de Jesus e a greve dos fluviários de Juazeiro – tiveram ampla cobertura da imprensa comunista, especialmente do jornal O Momento, e foram relatadas pelo informante do DOPS. Tomando como estudo de caso esses dois movimentos grevistas, essa comunicação pretende analisar as motivações e condições de mobilização e reivindicação dos trabalhadores e a atuação dos comunistas nos meios operários, na conjuntura da política autoritária e anticomunista do governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra, que resultou na proscricção do PCB e a cassação dos mandatos parlamentares dos comunistas e uma série de medidas repressivas e intervencionistas contra o movimento sindical. O estudo utiliza como fontes os relatórios do agente do DOPS, a imprensa comunista e jornais da grande imprensa e um processo trabalhista movido pelos mineradores na Justiça do trabalho.

Palavras-chave: movimento sindical; comunistas; anticomunismo; política repressiva

“Organização criminosa”: o sindicato rural do município de Santo Antônio de Jesus nos dossiês produzidos pelo Serviço Nacional de Informações.

Laiane de Jesus Santos Macêdo

O texto trata da memória do sindicato rural de Santo Antônio de Jesus em um período de caça aos inimigos da nação no Brasil, quando sindicalistas e associações foram acusados de comunismo. A Igreja Católica, através de movimentos progressistas como a Juventude Agrária Católica, desafiou essa ordem e possibilitou formação do sindicato rural de Santo Antônio de Jesus, Bahia, que funcionou entre 1963 e 1964. Nos primeiros anos da década de 1960, o movimento da Juventude Agrária Católica ganhou destaque, estendendo-se para diversas comunidades rurais, incluindo Mutuípe, Amargosa e São Miguel das Matas. Nesse período, passou a defender os direitos sociais e políticos dos trabalhadores rurais, enfatizando sua instrução e alfabetização, a criação de sindicatos e o acesso à terra. Além da Juventude Agrária Católica, o padre e seus colaboradores reconheceram que a educação era essencial para a luta dos trabalhadores rurais e usaram o Movimento de Educação de Base e a Ação Popular para mobilizá-los na criação de sindicatos. A narrativa destaca a importância da cultura popular na difusão de ideias sobre organização sindical, desapropriação de terras e direitos trabalhistas, especialmente porque a maioria dos trabalhadores rurais era analfabeta. A cultura popular era usada para difundir essas ideias, embora fossem criminalizadas como propaganda subversiva e doutrinação comunista pelo regime ditatorial. A pesquisa também dá ênfase ao papel de militantes e sindicalizados, descrevendo a perseguição dos fazendeiros e políticos locais contra os trabalhadores rurais. Todo movimento de abertura e fechamento do sindicato é analisado através da história oral e os documentos repressivos produzidos pelo Serviço Nacional de

Informações, tais documentos revelam a luta por direitos dos trabalhadores rurais do município. A produção dessa história, com base em várias fontes, demonstra que toda história pode ser contada de maneira multifacetada. O objetivo dessa pesquisa não foi buscar a verdade, mas apresentar a complexidade desses eventos. As informações dos relatórios do SNI ilustram um período de luta, tensão e negociação pela dignidade e cidadania dos trabalhadores rurais do município e no Brasil.

“Política é coisa para gente grande”: religião, política, comunidades eclesiais de base e sindicato dos trabalhadores rurais no município de Mutuípe-Bahia

Luiz Argolo de Melo (UFF)

O advento do Concílio Ecumênico do Vaticano II (1962-1965) e as conferências de Medellín (1968) e Puebla (1979) desenvolveu novos entendimentos de práticas religiosas que transformaram o catolicismo latino-americano. Neste contexto de mudanças no catolicismo, surgem as experiências das Comunidades de Base, as quais, na sua prática atuam na formação dos leigos, a partir dos estudos bíblicos e preparação de lideranças leigas encorajadas a vivenciarem sua fé e vida, organizados em comunidades. Na década de 1980, lideranças leigas das Comunidade Eclesiais de Base - CEBs do município de Mutuípe, engajaram-se na militância para a fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais e na política partidária, nomeadamente no Partido dos Trabalhadores (PT). No final de 1980 e durante toda a década de 90, mesmo com a conjuntura política e eclesial desfavorável à organização das CEBs, elas vão se abrindo cada vez mais para o engajamento das suas lideranças e membros dos movimentos sociais e políticos. A análise da atuação da Igreja Católica no movimento sindical de Mutuípe evidencia a centralização das relações sociais entre os grupos que trabalham no espaço rural e que foram expropriados dos direitos trabalhistas e sociais. Neste sentido, destaca-se o papel da Igreja Católica, através das CEBs, no âmbito social e político e, mais concretamente, na atuação adotada pela instituição no processo de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Ao analisar o processo de politização das CEBs, percebe-se que a capacidade de organização e mobilização por parte das lideranças das comunidades, bem como o engajamento das lideranças religiosas no sindicato favoreceu para aproximação ao campo político, nas suas correlações de forças de poder, fato que marca a candidatura do primeiro vereador do movimento sindical para disputar as eleições de 1992. Para esta pesquisa, debruçou-se sobre os documentos da Cúria Diocesana, periódicos, atas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, livretos utilizados nas novenas e nos encontros de formação, livro de tomo da paróquia de Mutuípe e documentos produzidos pelo movimento sindical na Diocese de Amargosa. Além disso, foram analisados pela metodologia da História Oral os discursos dos animadores das CEBs, dos líderes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e dos agentes de pastorais que atuaram no processo de formação sócio-político-religioso. Palavras chaves: Religião, Política, Comunidade, Igreja Católica.

ST 04 - Ensino de História: políticas, identidades, práticas e possibilidades.

A Lei 10.639 e suas alterações no Ensino de História da cultura afro, cigana e indígena na rede municipal de Nazaré-Ba.

Ana Paula de Oliveira (UNEB)

Essa pesquisa foi pensada a partir de demandas pessoais e profissionais, sou professora da rede municipal e vivencio os desafios encontrados para colocar em prática as demandas do componente curricular Ensino de História da cultura afro, cigana e indígena- HCACI, criado no município em 2009, com o nome História da África, passou por reformulações para se tornar possível na prática. Entender os motivos que levaram a criação de mais um componente é um dos objetivos desse trabalho, já que a Lei 10.639/03 não faz nenhuma menção sobre isso. Mesmo a Lei 10.639 estando em vigor desde 2003, ainda encontra vários percalços, desde a falta de formação continuada para professores, aos materiais didáticos, onde muitos ainda perpetuam uma visão única dos fatos. O que vemos após duas décadas, é que ainda ocorrem situações de negligência, que impede sua implementação, em Nazaré, optou-se pela criação de um novo componente curricular. Assim, partindo do objetivo de compreender como e se este componente constitui uma ferramenta na construção de uma educação para relações étnico-raciais e antirracista nas escolas da rede pública de Nazaré –Ba. Se ele é uma alternativa a mais contra o eurocentrismo da história tradicional na valorização da trajetória dos povos colonizados e/ou atingidos pela colonização, que fazem parte da nossa ancestralidade, demonstrando que o passado dessas pessoas também é importante e que o presente delas é parte da história que está sendo construída. Miguel Arroyo 2013 em seu livro Currículo, território em disputa, traz uma reflexão importante para essa pesquisa, o autor aponta que a questão da diversidade dos sujeitos sociais está emergindo em nossas sociedades, invadindo o espaço escolar e questiona se os currículos estão abertos a essas emergências se este contribui para apagar determinados rostos. Nossas bases são nortecêntricas, sabemos quais rostos são privilegiados e os que sempre ficaram de fora do currículo. Dito isso, o currículo se coloca como um território em disputa que não favorece as minorias, uma oposição a um currículo escolar que deveria proporcionar, o direito ao conhecimento, às experiências, à diversidade e à cultura. Assim, com o apoio de instrumentos metodológicos como: atas de reuniões, planos de curso e etc, entrevista semiestruturada, para compreender as concepções que sustentam a prática dos colaboradores, professores/as da rede pública de Nazaré que lecionam o componente HCAIC nas três escolas de Ensino Fundamental anos finais e como eles aplicam na sua prática diária a lei 10.639.

Colégio Francisco da Conceição Menezes diante dos impactos da ditadura civil/militar

Idiana Macedo Sacramento (UNEB)

O estudo proposto da trajetória histórica da instituição escolar, Colégio Estadual Francisco da Conceição Menezes, visa analisar os efeitos das diversas ações repressivas e controladoras no funcionamento e nas concepções pedagógicas deste Colégio, entre o golpe militar de 1964 e o processo de abertura política, na passagem da década de 1970 para a década de 1980. Este período a ser estudado, entre 1969 e 1981, é considerado

como de maior repressão durante os anos de ditadura, e que corresponde a um período obscuro da nossa história, da história da educação e, possivelmente, da história deste Colégio. No período em estudo, vigorou uma metodologia de controle fundada na repressão pela violência e na ideologia do convencimento das consciências nacionais favoráveis ao regime autoritário, razão pela qual se fez necessário que se controlasse o sistema educacional vigente neste período. Nesse sentido, reconhecer a importância do Colégio Estadual Francisco da Conceição Meneses neste período da ditadura militar no Brasil, principalmente nas questões relevante sobre o sistema educacional da escola pública, é analisar o confronto de um período de medo e resistência. Resgatar a memória do Colégio Estadual Francisco da Conceição Meneses é contribuir para que se mantenha viva uma parte importante da memória individual e coletiva da educação pública do município de Santo Antonio de Jesus. Para tanto, o presente projeto busca dialogar inicialmente com pesquisas desenvolvidas por autores como BOURDIEU (2010), FOUCAULT (2001), CHIAVENATO (2004), GADOTTI (1990), POLLAK (1989), PRADO (2003), REIS (2004),ROLLEMBERG (2010), ROMANELLI (1993) THOMSON (1997) ZACHARIADHES (2009), dentre outros. Deste modo, busco compreender o golpe militar em Santo Antônio de Jesus, a fim de mostrar suas singularidades, considerando-se, porém, o contexto nacional. Procurando entender como os segmentos educacional santantonienses receberam o golpe e estabeleceram ligações com a política estadual e nacional. Com base na realidade local, analisar as estratégias adotadas para apoiar a ditadura civil-militar, as junções e as dissidências político-partidárias, bem como os grupos que disputaram o poder em âmbito local. Investigar esse acontecimento histórico, a partir de um município do interior da Bahia, constituiu uma tentativa de analisar os fatos que marcaram ditadura civil/militar (1964-1985), para melhor compreender aspectos voltados a fundação do Colégio estadual Francisco da Conceição Meneses, sobretudo para educação em Santo Antônio de Jesus. Palavras-chave: Ditadura Militar; memória; Santo Antonio de Jesus.

Entre bruxas, dragões e castelos – A leitura da linguagem técnica do audiovisual nas aulas de história medieval.

Rafael Ribeiro (UNEB)

Ao se trabalhar com as fontes históricas é fundamental compreender as suas potencialidades, limitações, dinâmicas, assim como suas relações com a historiografia, o período histórico na qual está inserida e as suas próprias características. O uso de fontes audiovisuais além de ter gerado novas práticas e formas de saber histórico, também despertou a necessidade da compreensão do ponto de vista historiográfico de como a linguagem audiovisual se apropria da história medieval e vice-versa. Uma das formas de compreender essa apropriação e a leitura e interpretação das trilhas e efeitos sonoros, figurinos, cenários, movimentos de câmeras, efeitos especiais, que juntos compõem a linguagem técnica do audiovisual que encantam milhões de espectadores pelo mundo. Conhecer essas linguagens e suas características, é fundamental para professores e pesquisadores, pois, em muitos casos esses elementos, são mais importantes que a própria narrativa e interferem na interpretação e análise histórica de filmes e séries. Pensando na relação da Idade Média com o audiovisual e as suas potencialidades, como também os objetivos da pesquisa em andamento no Mestrado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), esta pesquisa abordará as possibilidades de leitura do audiovisual nas aulas de história medieval. O objetivo é realizar a decodificação da linguagem visual,

verbal e sonora, que em muitos casos não faz parte do rol de leitura de historiadores e professores, fazendo que vários detalhes importantes passem despercebidos. Para isso buscou-se nos catálogos dos principais serviços de streaming do Brasil e sites especializados em filmes e séries, produções que ambientam suas narrativas no período medieval, analisando e compreendendo como elas constroem imagetivamente o período medieval. Tendo em vista o problema de pesquisa e aos objetivos gerais e específicos, seguiremos a abordagem qualitativa através da estratégia de pesquisa do estudo de caso que nessa pesquisa serão as produções Joana D´Arc (1999 - Luc Besson), Joana D´Arc (1999 - Christian Duguay), Lutero (2004 - Eric Till), Cruzada (2005 - Ridley Scott), Os Pilares da Terra* (2010 - Sergio Mimica-Gezzan). Um dos resultados esperados é a construção um catálogo com análise fílmica apontando temas históricos e suas abordagens como também propostas de atividades que podem ser desenvolvidos por professores da educação básica.

Palavras-chave: Audiovisual; Idade Média; Profhistória

Nem baralho para jogar e nem quadrinhos para montar: o uso dos signos como ferramenta para potencializar as aprendizagens

Antonio Vilas Boas (UNEB)

Não é incomum percebermos comportamentos baseados no estímulo-resposta quando da aplicação das avaliações escolares, principalmente em determinados componentes curriculares, como na disciplina História. Nessas, os alunos são estimulados a responderem a partir daquilo que eles conseguiram memorizar através da leitura do livro didático ou de materiais complementares. As questões, quando subjetivas, são diretas, geralmente iniciadas com um pronome interrogativo, não deixando, também, margens para uma outra resposta senão aquela vista no livro. Quando a estrutura das questões varia, as opções tornam a resposta uma questão de simples leitura e escolha. Um processo de formação reflexivo possibilita a construção das denominadas funções psicológicas superiores (VIGOTSKY, 1991). Essas são compreendidas como aquelas que não são mero reflexo ou pautadas por posturas mecânicas, mas processos tipicamente humanos como: “memória, atenção e lembrança voluntária, memorização ativa, imaginação, capacidade de planejar, estabelecer relações, ação intencional, desenvolvimento da vontade, elaboração conceitual” (KRETZSCHMAR, 2007, p. 5). Garantir a construção de tais funções implica em utilizarmos, segundo VIGOTSKY, (1991) signos como ferramentas. No dizer de Oliveira (1998, p.30), esses “podem ser definidos como elementos que representam ou expressam outros objetos, eventos, situações”. Como exemplo, “[...] um mapa, uma fotografia, as palavras, os esquemas, os gestos, enfim, todo tipo de signos convencionais utilizados nos diferentes grupos sociais”. (KRETZSCHMAR, 2007, p. 5). O nosso objetivo, através dessa comunicação, é discutir como a inserção dos signos nas aulas de uma turma de 6º ano do ensino fundamental, de uma escola pública do interior baiano, tem invertido a posição desses alunos, que passaram a atuar no seu processo de construção, externalizando as suas opiniões, recorrendo ao livro didático para a realização de pesquisas, problematizando com os colegas quanto às respostas mais adequadas e fazendo comparações, inferências etc.

Por uma História além da colonialidade: Análise das bases teóricas e empíricas das ementas curriculares de cursos de licenciatura em história nas universidades estaduais da Bahia (UEBA's), a partir da ótica decolonial e libertadora, período 2000-2020

Alisson Farias dos Santos (UNEB)

Este resumo corresponde a um projeto de pesquisa para o ingresso no mestrado, no qual busco investigar as implicações da decolonialidade enquanto perspectiva essencial para o desenvolvimento do pensamento proposto, utilizando da teoria da educação libertadora e da análise de ementários curriculares como um arcabouço que dê sustentação ao presente estudo, que também representa a continuidade da minha pesquisa monográfica. Compreender a colonialidade é entender que este aspecto está intrinsicamente ligado a lógica em que vivemos, em que a sociedade moderna capitalista dita as regras do viver e saber através da colonialidade do poder, que impõe padrões e decide o que tem ou não espaço na sociedade, seja a partir da cultura, do saber ou da produção do saber. E um dos meios a partir de onde a colonialidade reproduz o domínio do saber está nas instituições de ensino através do controle dos currículos, uma vez que este não é somente um documento institucional, mas também um reflexo das relações sociais de um dado momento histórico, sendo intrínseco a ele o poder, a ideologia e a cultura da sociedade de seu contexto. Apesar dos avanços patrocinados pelo Estado na ampliação do acesso ao ensino superior público. E esses avanços estarem amparados em políticas públicas inclusivas, como Sistema de Seleção Unificada (SISU), Programa Universidade para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), e Lei 10.639-03 com a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira e suas subsequentes atualizações que contribuíram de forma expressiva para o acesso a ensino superior. Mesmo com tais avanços, os currículos e as ementas dos cursos de licenciatura em História ainda podem apresentar caráter fundamentado no eurocentrismo, no patriarcado e na colonialidade perpetuada pela modernidade capitalista, o que denota na necessidade de um estudo a respeito das estruturas curriculares dispostas nos cursos de nível superior, ao qual proponho debruçar os presentes estudos analisando as ementas dos currículos dos cursos de História das Universidades Estaduais da Bahia (UEBA's). Apresentando um panorama maior a respeito do quanto as estruturas de formação de professores de história mantém a reprodução do padrão eurocêntrico do saber, perpetuando o que Grosfoguel chama de universidades ocidentalizadas, aspecto constatado na pesquisa monográfica onde observei que ocorre na UNEB um privilégio das áreas de Europa que representa 20% dos componentes bem como a presença majoritária de autores europeus em detrimento de pensadores latinos, e componentes de América representam 9% dos currículos, África 8% e Ásia 6%. A fim de confrontar a realidade do currículo dos cursos de História das UEBA's, faz-se necessária tal pesquisa.

Professores Negros na Bahia Republicana: itinerários, sociabilidade e projetos de educação (1889-1930)

Sthéfano dos Santos (UNEB)

Na presente comunicação discutimos itinerários, sociabilidade e projetos de professores negros baianos, utilizando como recorte cronológico as primeiras décadas do Brasil republicano. Para evidenciar essa movimentação, direcionamos o nosso enfoque para a experiência de três homens racializados, Elias Nazareth, Francelino de Andrade e Manuel Querino, professores baianos que realizaram suas formações escolares e profissionais em meio às tensões do período escravocrata. Para aprofundar a discussão, dialogamos com pesquisas que demonstram a movimentação de determinado grupo intelectualizado de sujeitos negros na proposição e construção de projetos políticos, sociais e educacionais no complexo campo de forças que debatia os rumos do Brasil no período de construção

da República, também situado no que hoje entendemos de Pós-abolição. De forma inicial, utilizamos trabalhos já produzidos e/ou em produção sobre esses indivíduos na esfera da História da Educação. Dessa forma, nos apoiamos nos trabalhos consagrados da historiadora Maria das Graças Leal (2016) para discutir a atuação de Manuel Querino, intelectual que refletiu em torno da “defesa da educação popular, como estratégia político-social de emancipação da população trabalhadora” (Leal, 2016, p. 2). Além de Manuel Querino, utilizamos no presente trabalho recortes das análises sobre a trajetória de Elias Nazareth, professor e intelectual que pesquiso enquanto mestrando no Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local (PPGHIS - UNEB). No caminhar do estudo, foi possível observar a utilização das referências intelectuais do educador na elaboração de reformas e na direção do Instituto Normal, bem como sua preocupação com a reforma da instituição, assunto que, segundo o diretor era inadiável pelo fato do ensino normal estar diretamente ligado ao ensino primário, base da educação nacional. Durante a investigação documental, nos deparamos com diversos nomes e rostos nos jornais pesquisados, sendo um deles o de Francelino de Andrade. No ano de 1922, o professor público externa a sua “luminosa ideia” que tinha como objetivo a criação de um congresso do professorado baiano, onde docentes trocariam sugestões sobre a pedagogia moderna e escolheriam representantes para formação de um órgão que defendesse os interesses da classe professoral. Trajetórias possuem especificidades, pois aqueles que as trilharam são sujeitos históricos que vivenciaram de maneira única os seus processos. Para a pesquisa em questão, aproximamos esses sujeitos e utilizamos suas ações no universo letrado como experiência em comum para discutir a presença das populações negras na estruturação e modificação da história da educação brasileira.

“Um pezinho fora da sala de aula”: um relato de experiência sobre a importância da construção das Mostras Culturais e Científicas na formação discente.

Gabriel José Brandão de Souza (UFRGS)

Ludimila de Oliveira de Amorim Brandão (UFRGS)

Allan Kleyton Muniz Pinto (IFPB)

A presente comunicação tem por objetivo a elaboração de uma reflexão sobre a prática docente e a importância da interdisciplinaridade para além do espaço formal da sala de aula. Neste sentido, propomos trazer um relato de experiência sobre a importância da construção das Mostras Científicas e Culturais no desenvolvimento do conhecimento, sendo estes eventos pautados no diálogo entre a teoria e a prática no ensino, o que propicia ao alunado um papel preponderante no processo de construção deste conhecimento teórico e prático, tornando-os agentes ativos, capazes de refletir os novos conhecimentos adquiridos nesse processo. Tendo surgida na década de 1960, as Feiras de Ciências e Cultura trouxeram uma nova percepção para a prática do ensino, se consolidando como espaços diferenciados de ensino-aprendizagem, proporcionando o desenvolvimento da interdisciplinaridade, da contextualização dos conteúdos trabalhados ao longo das disciplinas e também da divulgação científica. Nesta perspectiva, buscaremos analisar quais os impactos trazidos na construção de uma Mostra feita pela disciplina de História, direcionada para a representação do processo de colonização da América e as suas consequências na contemporaneidade e que resultou nas bases estruturais para a construção e execução da 1ª Semana de Arte, Cultura, Ciência e Tecnologia (SEMACCT) do Instituto Federal da Paraíba (IFPB), desenvolvida pelo Campus Avançado Cabedelo Centro (CACC) no ano de 2023, reverberando no desenvolvimento do diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento (Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da

Natureza e suas Tecnologias, Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e Curso Técnico em Guia de Turismo). Por fim, também buscaremos compreender quais foram os impactos na relação crítica e reflexiva entre a teoria aprendida em sala de aula e o exercício da prática no cotidiano e como é possível promover, através desses eventos, a inclusão social e o convívio em grupo entre os participantes e a sua interação com a comunidade escolar, sendo que este evento contou com a participação de agentes externos ao Campus.

Palavras-chave: Mostras científicas e culturais; interdisciplinaridade; prática docente; ensino de História.

ST 05 - Interseccionalidade e decolonialidade: insurgências étnico-raciais, de gênero, classe, territorialidade e orientação sexual

A insubmissão epistêmica como possibilidade para pensar outros discursos sobre os feminicídios no Brasil

Ana Doroteia Santos Dias (UFBA)

A epistemologia negra decolonial possibilita pensar outras formas de resistir e enfrentar as violências de gêneros e os feminicídios, pois interconecta para além dos números estatísticos forjados pela hegemonia epistêmica, um cenário real a partir do Sul Global. As violências que incidem sobre os corpos não brancos no território brasileiro, são advindas, sobretudo, da herança colonial. Identificar o racismo como vetor de violências é necessário para pensar enfrentamentos contundentes diante da estrutura cis-hetero-normativa alicerçada da Necropolítica (MEMBE, 2016). Nesse estudo, pretendo focar nas práticas afetivas que tornam o amor, como imperativo ético, um dos principais instrumentos contra coloniais para combater as violências e os feminicídios, almejando demonstrar como ele tem sido utilizado como tecnologia ancestral. A pesquisa possui fundamentação teórica nos feminismos negros e decoloniais, tendo como categoria primordial de análise a interseccionalidade. A análise será feita a partir dos discursos jornalísticos do Jornal “Diário do Pará” envolvidos nos crimes de feminicídio ocorridos em Belém do Pará no ano de 2020, período no qual o Pará liderou o ranking de feminicídios no Brasil. Enfocando principalmente nas reportagens onde as justificativas do crime ainda reiteravam a premissa de que a passionalidade, o ciúme e o amor eram os motivadores dos crimes de ódio. Fundamentada nos caminhos trilhados por Lugones (2011) e Figueiredo (2020), esta pesquisa está direcionada para a busca/procura por novos olhares sobre as violências e assassinatos de mulheres, e para dar conta dessas novas perspectivas, “é preciso formular novos conceitos, ferramentas teóricas e metodológicas, pois sabemos que as ferramentas do senhor jamais destruirão a casa do mestre” (FIGUEIREDO, 2020, p.19). Uma epistemologia insubmissa prevê outros trajetos epistêmicos, caminhos de fronteiras e solidariedade, nos quais seja possível “combater as desigualdades em suas diferentes intersecções” (FIGUEIREDO, 2020, p. 19). A sensibilidade que o ativismo de mulheres negras inaugurou nos campos epistemológicos torna possíveis discussões sobre as desigualdades raciais e de gênero, nesse contexto reitero a necessidade de pensar uma ciência comprometida e enviesada na transformação social, intercalando conceitos, teorias e experiências.

All-Negro Comics: Abordagem Crítica e Decolonial à Aventura Editorial Negra de uma História em Quadrinhos (1947)

Savio Queiroz Lima (UFRGS)

Esta pesquisa debruça atenção à publicação de uma história em quadrinhos exclusivamente negra nos Estados Unidos na década de 1940. A fonte primária central da investigação é a publicação no formato de história em quadrinhos chamada All-Negro Comics, de 1947, organizada, editada e publicada pelo jornalista negro e ativista pela igualdade racial Orrin Cromwell Evans. Evans produziu discursos publicados em jornais na Filadélfia, sempre objetivando a luta em prol dos negros, sendo membro da Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP). Com o objetivo de justiça social e igualdade racial através da representação e da representatividade, Evans publicou com

esforço próprio a história em quadrinhos que tinha um conjunto de narrativas com autores e protagonistas negros para o público afroestadunidense, ainda que seguissem os padrões narrativos e estéticos da mídia na primeira metade do século XX. A proposta de inversão racial dos protagonismos nas narrativas, entretanto, corroboram lugares comuns de outros marcadores sociais, como gênero, etarismo e classe. São cinco narrativas em histórias em quadrinhos, um texto em prosa com ilustrações e uma página com charges. Apesar do profícuo projeto de produção ficcional antirracista, o mercado editorial da indústria de entretenimento estadunidense dificultou sua receptividade. Mas mesmo a representação e representatividade diaspórica positiva, suas narrativas estão impregnadas de colonialidades por conta do olhar ocidental nortista estadunidense sobre o território africano e as diversidades das dispersões. A proposta faz parte de mapeamento de produções de histórias em quadrinhos e suas possibilidades de uso pedagógico para atender a lei 10.639 e exercitar a abordagem decolonial do objeto-fonte. São indispensáveis ao debate autores como Franz Fanon, Aimé Césaire, Kimberlé Crenshaw, Stuart Hall, Chimamanda Adchie, dentre outros, para compor o debate de conceitos como colonialismo, pensamento decolonial, interseccionalidade, identidade, cultura, e os porvir. Na intenção de uso de histórias em quadrinhos para o ensino corroborante com a lei 10.639, convém abordar criticamente as rupturas e permanências das estruturas de poder.

As mulheres populares e os crimes de defloramento: um diálogo entre a narrativa ficcional de Lima Barreto e os processos criminais (1890-1910)

Tainara Santos de Santana (UNEB)

Este trabalho foi desenvolvido a partir da pesquisa de Iniciação Científica vinculada ao projeto “Corpo, Memória, Imaginário: experiências, trajetórias e assunção de voz feminina no Atlântico negro”, coordenado pela Profa. Dra. Edinelia Maria Oliveira Souza. O objetivo é promover uma análise sobre as tentativas de controle do corpo da mulher, como também narrar algumas trajetórias dessas jovens mulheres que viviam na cidade de Salvador entre fins do século XIX e início do XX. Para além de desenvolver um diálogo direto com a literatura. Portanto, é a partir da análise de 40 processos-criminais do período de 1890-1910 (localizados no Arquivo Público da Bahia) e, na medida do possível, buscando estabelecer um diálogo com o romance Clara dos Anjos (do escritor Lima Barreto), que busco analisar as violências sofridas por essas jovens mulheres, em sua maioria pobres, que viveram em condições de subalternidade, na cidade de Salvador. A escolha do uso de processos crimes, como fonte documental, se dá devido à quantidade de informações presentes nos processos possibilitando uma análise diversa da sociedade, através dos depoimentos das vítimas, acusados e testemunhas, como também diálogo com outras informações presentes nos processos. A segunda fonte explorada é o livro Clara dos Anjos de Lima Barreto, visto que, o romance, reflete sobre a condição social das jovens mulheres negras no pós-abolição. Todavia, a escolha da literatura como fonte se dá pelo fato que ela aparece como um ângulo notável, para uma avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes no seio de uma determinada estrutura social (Sevcenko,2003). A pesquisa tem permitido aguçar o olhar sobre as famílias da vítima, assim como as suas profissões e, também, o perfil do réu, desse modo, pretendo continuar pesquisando e aprofundando os questionamos sobre o crime de defloramento e o controle do corpo da mulher, uma vez que noto também a diferença de tratamento que era dada pelos juristas entre os processos, dependendo da classe social da

vítima. No caso das mulheres de maior condição social, a questão da honra raramente essa citada pelos juízes ou advogados, já quando se tratava de mulheres pobres ou negras os discursos se aparecem com intenso sentido de difamação e desqualificação. Construir uma narrativa que coloque em evidência essas mulheres, quase sempre, esquecidas pela historiografia clássica, tem uma importância imprescindível para o estudo da história, uma vez que suas experiências nos ajudam a ampliar a compreensão sobre comportamentos sociais constituídos na cidade de Salvador no período que sucedeu a abolição da escravidão e a proclamação da República no Brasil.

Construindo Feminismos Aprendentes: tecer insurgências a partir das margens

Vânia Nara Pereira Vasconcelos (UNEB)

Nessa comunicação me proponho a desenvolver o conceito de feminismos aprendentes, a partir de uma experiência de pesquisa e do diálogo com os feminismos pós-coloniais e decoloniais. A ideia é refletir sobre as possibilidades de gestão de novas formas de construção do conhecimento, tecidas pelo afeto e o acolhimento, que rompem com uma lógica colonial: vertical, hierárquica e excludente. A partir do legado freiriano e em diálogo com as Epistemologias do Sul venho aprendendo que os saberes e as ignorâncias devem ser tomados, igualmente, como ponto de partida para a produção do conhecimento. Isso significa dizer que é preciso nos despir das nossas crenças e teorias prontas, acabadas e utilizadas a priori para ler as realidades, colocando-nos no lugar de aprendente. Um deslocamento necessário para romper com as hierarquias de saberes (Santos, 2009) que marcam as produções acadêmicas formadas por um viés colonial e norte-cêntrico. Nesse sentido, dialogo com autoras do feminismo negro (Gonzalez, 1979) e decolonial em suas críticas ao caráter civilizatório (Vergès, 2020) e excludente dos feminismos hegemônicos, para fazer emergir vozes das “mulheres do Sul”, e daquelas que se identificam como tal, trazendo suas rebeldias e suas sábias construções de existências possíveis. Essa proposta de aprendizagem, tecida a partir de uma forma constelar de conhecimento, na qual se aprende com quem vem antes, mas também com quem vem depois de nós, nos provoca, enquanto feministas, a um deslocamento epistemológico para aprender com as mulheres das margens: periféricas, empobrecidas, racializadas, transgêneras, lésbicas, com deficiência, mulheres “da roça” ou moradoras de pequenas cidades, sertanejas, entre tantas outras, que criam movimentos de resistência, essenciais para sua sobrevivência e a existência do planeta. Aprender também com as personagens das nossas pesquisas para exercitar novas possibilidades de construção do conhecimento e da luta. Romper com os extrativismos epistêmicos tecendo encontros epistêmicos (Ramos Jr., 2019) nos quais a desierarquização do conhecimento seja fundamental para a escuta de outras epistemologias forjadas na luta, no cotidiano, nas insurgências daqueles e daquelas vistos/as como descartáveis pelos sistemas. Proponho que nossas investigações aprendentes tenham uma escuta sensível para que delas possam brotar resultados inesperados, conclusões surpreendentes, que nos provoquem a sair do nosso lugar de saber e de poder.

Entre a lama e as águas: relações de trabalho produzidas entre pescadores e marisqueiras em Salinas da Margarida

João Cláudio Machado Santos (UNEB)

A presente comunicação trata da pesquisa “Entre a lama e as águas: relações de trabalho produzidas entre pescadores e marisqueiras/pescadoras em Salinas da Margarida”, que tem como propósito analisar a cultura da pesca artesanal e as dinâmicas econômicas no município de Salinas da Margarida, Bahia, envolvendo a relação de trabalho entre homens e mulheres no que tange a distinção das atividades de pescadores e marisqueiras entre os anos de 2000 a 2020. Com este trabalho, queremos ao desenvolvê-lo, suscitar as questões relativas à distinção entre a função do pescador e da marisqueira/pescadora nas atividades pesqueiras. Desse modo fomentar discussões a respeito do tema em tela. Convém acrescentar, além disso, que o projeto de pesquisa em questão propõe um estudo dimensionado em um território que engloba uma população, que embora desvalorizados pelo sistema capitalista, paradoxalmente, constitui renda, promove sua subsistência e ainda produz cultura com sua força de trabalho, esses fatores são basilares para encontrarmos os caminhos que explique quem são os povos que vivem nas comunidades de salinas? Como foram construídos seus saberes e fazeres? por que os sujeitos que vivem da pesca não são tão valorizados, dada importância de sua atividade? Como foi construída a distinção entre o trabalho de homem, no caso a pesca, e o de mulher, a mariscagem? Essas são questões que possuem o valor substancial para serem pesquisadas, pois dispõem de um enredo plural. O presente trabalho se caracteriza enquanto metodologia oral. A pesquisa se dispõe a analisar e avaliar a relação entre pescadores e marisqueiras/pescadoras numa perspectiva de gênero, raça e classe em Salinas da Margarida. A opção pela pesquisa qualitativa levou em consideração que a pesquisa qualitativa não se interessa exclusivamente pelos dados numéricos, mas, sim com os aspectos mais amplos a serem pesquisados, procurando analisar os dados coletados na perspectiva de uma melhor compreensão do objeto de estudo. Pretende-se, essencialmente, debruçar nas técnicas de entrevistas informais, na observação dos costeiros de pesca e mariscagem e na análise documental. Portanto, a coleta de dados contemplará a análise das fontes orais. Pretendo recorrer à aplicação de questionários aos presidentes de associações, cooperativas de pescadoras e pescadores e entrevistar lideranças pesqueiras, além dos pescadores e marisqueiras. Além disso, a pesquisa proposta possibilitará abertura para repensar a estrutura patriarcalizada de nossa sociedade através de uma leitura de gênero e propor novos caminhos que fomente a desconstrução da mentalidade preconceituosa.

Palavras-chave: pescadores, marisqueiras/pescadoras, lama e águas.

Memórias do letramento: o acesso à educação na zona rural de São Felipe: 1950-1980

Itamires Silva dos Santos (UNEB)

Esta pesquisa investigou as memórias da educação dos moradores do povoado Fazenda Xangó, localizado no município de São Felipe, no recôncavo baiano, durante o período compreendido entre as décadas de 1950 e 1980. O estudo foi dividido em três capítulos, cada um explorando aspectos distintos relacionados à educação e à vida no povoado. No primeiro capítulo, intitulado "As pessoas e o povoado," apresentamos uma contextualização abrangente do povoado, sua localização geográfica e uma caracterização das pessoas que ali viveram. Em seguida, mergulhamos no cenário educacional da época, discutindo as escolas existentes no período e a condição das professoras que desempenharam um papel crucial na formação educacional da comunidade. No segundo capítulo, "Acesso à educação na Fazenda Xangó," exploramos o desafio do acesso à educação na região. Destacamos a intermitência das escolas que operaram na área ao

longo desse período e identificamos os motivos por trás dessa irregularidade com base nas informações coletadas nas entrevistas. Também no segundo capítulo, lançamos luz sobre a prática de letramento comunitário, que emergiu principalmente nas décadas de 1950 e 1960, quando as escolas eram menos regulares e de difícil acesso para os filhos dos lavradores. Além disso, discutimos as jornadas que as crianças enfrentavam para chegar até a escola. O terceiro e último capítulo, intitulado "Infâncias," centrou-se nas experiências de infância, abordando questões relacionadas ao trabalho, brincadeiras e socialização das crianças na região. Neste capítulo, dedicamos atenção especial à influência do gênero nas oportunidades e vivências das crianças que viveram no campo. Este trabalho oferece uma visão das experiências de educação e vida no povoado Fazenda Xangó ao longo de três décadas. Ele aborda as complexas interações entre gênero, acesso à educação e as experiências de infância, fornecendo uma análise valiosa das transformações ocorridas em contextos rurais e ressaltando a importância de considerar as perspectivas individuais nas análises das trajetórias educacionais e das condições de vida. Esta pesquisa enriquece nossa compreensão das dinâmicas educacionais e sociais em comunidades rurais do Recôncavo Baiano, realçando a relevância da história local na compreensão de contextos mais amplos e na promoção da inclusão educacional.

Nas ruas e nos balcões: mulheres negras resistindo às ordens no Pós-abolição em Nazaré-BA

Lucas Santos Aguiar (UFRRJ)

Tomando como base a mensuração das fontes documentais da cidade de Nazaré, que indicam a presença maciça de pequenos comerciantes e ambulantes na mira do poder público, sobrevivendo às contradições e perseguições da sociedade pós-abolicionista, notamos que, especialmente as mulheres infringiam posturas, contestavam multas, transitava nas ruas, comercializavam em suas casas ou em pontos fixos e sem acomodação imprimiram experiências individuais e coletivas para driblar aquele contexto de arrocho às classes populares. Nesse sentido, na pesquisa que desenvolvemos atualmente, buscamos recompor os caminhos percorridos nas trajetórias das mulheres negras imersas nos mundos do trabalho, que viviam ou transitavam na Nazaré entre 1890 e 1910, para compreender o grau de dificuldade e as formas pelas quais tais sujeitos encontraram para se inserir, ascender e acessar condições de cidadania na contraditória e complexa sociedade pós-escravidão, destacando seu legado. Para tanto, nessa comunicação, discutiremos a presença dessas mulheres negras no pequeno comércio varejista e de serviços, muitas das quais africanas ainda na transição do século XIX para o XX, como expressão das múltiplas formas de resistência formuladas por esses sujeitos históricos que ao herdarem a profissão e comporem a força de trabalho que dinamizavam a economia local, fizeram dela um mecanismo de subversão ao sistema. Nesse sentido, importa-nos apresentar o mapeamento das identidades, ofícios, locais de trabalho, residência e atividades exercidas por essas mulheres e os efeitos que a existência e experiência desses sujeitos tiveram na dinamização da cidade e nas condições materiais de vida de familiares, categoria de trabalho, bem como demais sujeitos que as rodeavam. Assim sendo, busco assim, promover reflexões a partir dos diálogos interseccionais ao discutir com essa pesquisa, as experiências históricas de tais sujeitos na sua integralidade, pensando a composição da força de trabalho segmentada a partir de uma perspectiva racial, os ofícios e identidades profissionais marcadas pela condição de gênero, bem como as formas de organização e relacionamento com outros grupos sociais e com o próprio Estado.

Pagodes, performances e transformações: as construções de gênero, raça e classe nos pagodes baianos - 1990 a 2000.

Edson Dias Ângelo (UEFS)

A década era 1990 e na Bahia, crescia o número de ritmos musicais no território baiano. Era nas classes populares que esses grupos faziam sucessos, muitas bandas como, de Axé, do Forró, de Sertanejo, de Samba, Pagodes, Brega, Fank, entre outros iam surgindo ao longo das décadas. Logo, o grupo de pagode é o Tchan, se tornaria um referencial do pagode baiano. Formações iniciais eram desfeitas, os cantores ganhavam fama e o gosto das classes populares, e abandonavam as bandas que fizeram nomes para seguirem carreira solo, com isso outros nomes iam surgiam ampliando o mercado da música no território baiano. O carnaval de Salvador era o cenário propício para divulgação das bandas, das músicas e de um novo cantor (a), numa tentativa de disputar o prêmio de melhor música do carnaval da Bahia. Os programas televisivos da década também desempenhavam essa função de divulgação, assim, tanto as bandas de Axé, quanto os grupos de Pagodes entravam nessa concorrência. Com as análises das letras dos pagodes, identificou-se os caminhos percorridos pelos grupos de pagodes e seus sucessos de público e de mercado nas décadas de 1990 a 2000, numa produção de músicas que referenciavam o papel da mulher objeto, aquela que se assemelha muito a imagem da mulher “Piriguete” – mulher a perigo. A preocupação maior era estudar os grupos de pagodes que produziam músicas com letras que referenciavam tanto os corpos masculinos como femininos, dentro de uma lógica de hiperssexualização dos corpos negros. Ainda que haja popularização das bandas entre as classes médias, levam a um embranquecimento das dançarinas (os), a exemplo disso, o caso da dançarina Carla Perez da banda É o Tchan, lodo depois sua sucessora, a também dançarina Sheila Melo, eleita a nova loira do Tchan no programa Domingão do Faustão da rede globo de televisão. Foi a partir do conceito de Representação dentro da Indústria Cultural e Produto de massa, que a pesquisa se desenvolveu, partindo do pressuposto de que o pagode foi produzido a partir das vertentes do Samba, ritmo que se populariza em finais do século XVIII e início XIX. Marginal, por ser música de negros, mas que no século XX ganha o gosto da nação brasileira tornando-se símbolo máximo de brasilidade.

Programa Residência Pedagógica: construindo uma educação antirracista, antisexistista e antiLGBTQIAPN+fóbica

Deise Oliveira Souza (UNEB)

Cristina da anunciação da Silva Assis (SEC)

Adryelle Adna Rodrigues (UNEB)

Essa comunicação trará algumas reflexões sobre as possibilidades de construção de uma educação antirracista, antisexistista e antiLGBTQIAPN+fóbica, a partir da experiência com o Programa Residência Pedagógica, em Santo Antônio de Jesus. O projeto Descolonizando saberes, desnormalizando corpos: por uma educação antirracista, antisexistista e antiLGBTQIAPN+fóbica surgiu da percepção de que a escola ainda é um espaço de exclusão dos corpos dissidentes, seja através do processo de racialização ou da cisheteronormatividade. Guacira Louro (1997) chama a atenção para práticas cotidianas presentes na escola, que classificam e hierarquizam os indivíduos. Como resultado dessas classificações, inclusões ou exclusões, é que as divisões sociais – de gênero, sexualidade, raça, classe, territorialidades, entre outras – são produzidas ou reforçadas continuamente.

Ao mesmo tempo em que reproduz a lógica de que a “diferença faz diferença”, como afirma Berenice Bento (2011) também vislumbramos essa instituição como um espaço de potência de desconstrução das opressões interseccionais. O projeto se propõe a construir um diálogo com as escolas a partir de uma perspectiva decolonial, na qual os conhecimentos são produzidos em conjunto, rompendo com a lógica das hierarquias de saberes (Santos, 2009). Historicamente, a relação entre a Universidade e as escolas reproduziu a lógica colonial, na qual a Universidade se pretendia produtora de um conhecimento válido/validado, enquanto as escolas deveriam reproduzir aquele conhecimento. Essa relação tem sido questionada e reformulada a partir da compreensão que o espaço escolar é produtor de um saber próprio e que muito tem a contribuir com o conhecimento acadêmico. Essa troca de saberes pode fazer emergir muitas possibilidades de práticas pedagógicas nas quais as pessoas envolvidas na cultura escolar poderão trazer suas vivências, suas experiências (de dor e de potência), seus questionamentos, que poderão transformar a escola em um espaço de acolhimento e resistências à normatização dos corpos. Pensando a Educação “como prática de liberdade” (Freire, 1967), a proposta é ampliar esse diálogo, “ensinando a transgredir” como nos ensinou a ativista antirracista e feminista bell hooks, construindo ações pedagógicas de compromisso com os processos de aprendizagens (Vasconcelos, 2022). Uma “pedagogia engajada” (hooks, 2013) se faz necessária especialmente por este projeto se propor a atuar na formação de estudantes para uma educação mais crítica e menos excludente, que seja capaz de lidar com a diversidade, buscando romper preconceitos e discriminações. Na apresentação trataremos reflexões sobre a implementação e impactos do projeto nas escolas parceiras, as ações realizadas e como elas tem contribuído para atingir os objetivos do projeto.

Programa Residência Pedagógica: construindo uma educação antirracista, antissexista e antiLGBTQIAPN+fóbica Parte 1

Cristiane Puridade de Melo (SEC/BA)
Luciana Vieira Mariano (UNEB)

Essa comunicação trará algumas reflexões sobre as possibilidades de construção de uma educação antirracista, antissexista e antiLGBTQIAPN+fóbica, a partir da experiência com o Programa Residência Pedagógica, em Santo Antônio de Jesus. O projeto Descolonizando saberes, desnormalizando corpos: por uma educação antirracista, antissexista e antiLGBTQIAPN+fóbica surgiu da percepção de que a escola ainda é um espaço de exclusão dos corpos dissidentes, seja através do processo de racialização ou da cisheteronormatividade. Guacira Louro (1997) chama a atenção para práticas cotidianas presentes na escola, que classificam e hierarquizam os indivíduos. Como resultado dessas classificações, inclusões ou exclusões, é que as divisões sociais – de gênero, sexualidade, raça, classe, territorialidades, entre outras – são produzidas ou reforçadas continuamente. Ao mesmo tempo em que reproduz a lógica de que a “diferença faz diferença”, como afirma Berenice Bento (2011) também vislumbramos essa instituição como um espaço de potência de desconstrução das opressões interseccionais. O projeto se propõe a construir um diálogo com as escolas a partir de uma perspectiva decolonial, na qual os conhecimentos são produzidos em conjunto, rompendo com a lógica das hierarquias de saberes (Santos, 2009). Historicamente, a relação entre a Universidade e as escolas reproduziu a lógica colonial, na qual a Universidade se pretendia produtora de um conhecimento válido/validado, enquanto as escolas deveriam reproduzir aquele conhecimento. Essa relação tem sido questionada e reformulada a partir da compreensão que o espaço escolar é produtor de um saber próprio e que muito tem a contribuir com o

conhecimento acadêmico. Essa troca de saberes pode fazer emergir muitas possibilidades de práticas pedagógicas nas quais as pessoas envolvidas na cultura escolar poderão trazer suas vivências, suas experiências (de dor e de potência), seus questionamentos, que poderão transformar a escola em um espaço de acolhimento e resistências à normatização dos corpos. Pensando a Educação “como prática de liberdade” (Freire, 1967), a proposta é ampliar esse diálogo, “ensinando a transgredir” como nos ensinou a ativista antiracista e feminista bell hooks, construindo ações pedagógicas de compromisso com os processos de aprendizagens (Vasconcelos, 2022). Uma “pedagogia engajada” (hooks, 2013) se faz necessária especialmente por este projeto se propor a atuar na formação de estudantes para uma educação mais crítica e menos excludente, que seja capaz de lidar com a diversidade, buscando romper preconceitos e discriminações. Na apresentação faremos a exposição do projeto, refletindo sobre sua contribuição na construção de práticas de combate ao racismo, sexismo e LGBTQIAPN+fobia na escola.

Trabalhadores encrequeiros, pais de família barulhentos: masculinidades respeitáveis, violência e cotidiano (1930-1950, Feira de Santana e além)

Alessandro Cerqueira Bastos (UFBA)

Esta comunicação, cujas reflexões são oriundas de um trabalho de doutoramento ainda em processo de construção, busca refletir sobre práticas e discursos de masculinidades na sua relação com os significados da violência, a partir de situações conflituosas envolvendo sujeitos sociais oriundos das classes trabalhadoras entre as décadas de 1930 e 1950, na região de Feira de Santana. Parto do pressuposto de que as masculinidades de homens (e mulheres) dos segmentos trabalhadores relacionam-se diretamente às suas condições de sobrevivência, as quais envolvem conexões entre lugar, classe social, sexualidade, aspectos étnicorraciais e culturais. Ainda que o machismo permaneça como uma constante a marcar muitas das expressões de masculinidade numa dada sociedade, as variadas apropriações dos significados de ser masculino acabam por revelar experiências múltiplas, dinâmicas e complexas. O senso comum, incluindo-se o historiográfico, continua a afirmar a existência de uma masculinidade hegemônica única e atemporal, contudo priorizo, nesta curta reflexão, observar as variações e acomodações desse modelo, em detrimento, pois, de uma análise apegada a universalizações acríticas. Parece certo que a relação entre masculinidade e violência se estabelecerá de modo simbiótico, revelando-se como um esquema inescapável para qualquer homem que viva. Tal maneira de ver as coisas simplifica, a meu ver, as discussões que se colocam em tela e, mesmo dentro das teorizações críticas feministas, é possível refutar essa simplificação. Ao mesmo tempo, parte do que tenho tentado chamar de respeitabilidade, seguindo uma bibliografia feminista historiográfica já solidificada, se constrói com algum grau de violência em seus múltiplos aspectos, isto é, simbólicos e práticos. Não é, portanto, diferente para as masculinidades, que se constroem por vias violentas não só em relação às mulheres e às feminilidades, mas também em oposição a outros homens e masculinos. Um exemplo disso é a abundância nos arquivos de casos envolvendo vítimas e acusados do gênero masculino protagonizando em processos criminais de lesão corporal, homicídio, etc. Como interpretar tais exemplos? Seriam a confirmação da essência masculina pautada em resoluções violentas de conflito? Bem, para enfrentar tais questões, lanço mão de alguns casos extraídos da documentação criminal com o propósito de testar algumas hipóteses de pesquisa. Eis o objetivo maior, portanto, desta brevíssima proposta de comunicação.

ST 06 - Amanhã Será Outro Dia? Memórias, Oralidades e Territorialidades de/das Populações Negras.

Da roça para cidade, da cidade para roça: trajetórias de trabalhadores negros que migraram da Bahia para São Paulo (1960-1980).

Ezequiel Santiago Gomes (UEFS)

Analiso as trajetórias de migração da família Santiago da Bahia para o estado de São Paulo entre os anos de 1960 a 1980. O objetivo dessa pesquisa é investigar as experiências de trabalhadores negros migrantes oriundos do município de Santo Estevão/Ba que se deslocaram para o Capão Redondo/SP. Entendo que entre 1960 a 1980 ainda podem ser entendidos como pós-abolição, para isso foi necessário o uso das genealogias que permitem acompanhar sagas familiares que remontam ao fim do século XIX e desdobram-se até as últimas décadas do século XX (RIOS; Mattos, 2004, 178). É importante compreender esses sujeitos enquanto pertencentes a uma rede social (Fontes, 2008), no entanto, para além disso, buscar identificar quais são os aspectos que atravessam esses indivíduos em sua singularidade. Quando trabalhamos um grupo diverso, com pontos de interseccionalidades, podemos visualizar a forma como a migração marcou a vida desses indivíduos para além da análise enquanto grupo familiar, mas também com devida importância dos atravessamento de classe, raça e gênero. Entre 1960 a 1980, no auge do processo migratório brasileiro, é possível perceber que esses anos foram marcados pelo aumento expressivo de pessoas que saíram da zona rural para a urbana. As escolhas dos entrevistados foram feitas a partir dos parentes mais próximos do Sr. Manoel, o que permite analisar as construções de redes sociais que garantiu o sucesso do processo migratório. Esse trabalho foi realizado fazendo o uso da metodologia da história oral, com o uso dos roteiros de entrevista semiestruturados. Esse método de análise é importante para sistematização do conhecimento sobre os grupos subalternos, pois permite analisar como esses sujeitos significaram o seu processo migratório. Essa pesquisa contou com 30 participantes, estando 10 em Santo Estevão e 20 em São Paulo. Optei por dar mais enfoque aos migrantes e filhos de migrante que residem no estado de São Paulo, pois em minha monografia foquei nos migrantes de retorno que residem em Santo Estevão/Ba. Por fim, entendo que as periferias de São Paulo não surgiram com os migrantes nordestinos, mas eles foram grandes responsáveis pelo crescimento delas, negras e negros despossuídos de terras sonhando por melhores condições de vidas. No entanto, não foram acolhidos por essa cidade, assim, só lhes restava as periferias como forma de lutar contra as altas especulações imobiliárias, que foram entraves e faziam parte de um projeto que os expulsaram da cidade.

Interseccionalidade na análise da Necropolítica e desigualdades: rumo a Políticas Públicas transformadoras no Brasil

Iuri Nobre dos Santos (UFRB)

Reinaldo José de Oliveira (PPGHIS)

A alta concentração de violência nas comunidades locais, especialmente aquelas em situações de desigualdade econômica e falta de oportunidades, tem um impacto profundo na qualidade de vida. A análise da realidade nacional é central em nossas reflexões, com foco na interseção de questões de etnia, raça, gênero, classe social, violência e território. Isso se baseia em dados recentes de mortes violentas divulgados pelo Fórum Brasileiro

de Segurança Pública e Ministério da Justiça. Identificamos que os territórios da necropolítica possuem raízes históricas e contemporâneas, com destaque para o perfil de homicídios que afeta predominantemente a população negra, jovem, de baixa renda e residente em áreas periféricas de cidades de diferentes tamanhos no Brasil. O Nordeste e o estado da Bahia, em particular, estão intrinsecamente ligados à necropolítica devido à herança de quatro séculos de escravidão, desigualdades históricas cumulativas e segregação racial. Essas questões são cruciais para informar políticas públicas que visem à eliminação da política antinegritude. É imperativo que, por meio da análise de dados sobre mortes violentas, informações do Censo Demográfico do IBGE e futuras publicações, sejam elaboradas políticas públicas que enfrentam as desigualdades relacionadas à etnia, raça, gênero, classe social e território. A interseccionalidade emerge como uma ferramenta essencial para abordar o quadro do racismo, da necropolítica e das desigualdades persistentes na sociedade brasileira, a interseccionalidade é uma lente importante para analisar questões relacionadas ao racismo e outros temas correlatos. Ela considera as múltiplas dimensões da identidade de uma pessoa, como raça, gênero, classe social, orientação sexual e outros fatores, para entender como essas dimensões se interconectam e influenciam as experiências individuais e coletivas. Nossa intenção é contribuir para a formulação de políticas públicas eficazes que possam abordar as profundas disparidades que ainda persistem em nossa sociedade. As altas taxas de violência e morte nas cidades do estado da Bahia representam um desafio complexo que exige uma profunda problematização. A Bahia, apesar de sua rica herança cultural e diversidade, enfrenta uma realidade de violência que merece análise crítica. A concentração de violência nas comunidades locais têm um efeito devastador na qualidade de vida. Ela cria um ciclo de desvantagens sociais e econômicas que são transmitidas de geração em geração. No entanto, é importante notar que não existe uma solução única para a redução da violência, e abordagens integradas e de longo prazo são necessárias. Além disso, é fundamental envolver a comunidade e considerar as especificidades locais ao desenvolver estratégias de segurança pública.

Memórias do Movimento Negro na cidade de São Paulo: o protagonismo de Flávio Jorge Rodrigues da Silva

Reinaldo José de Oliveira (PPGHIS)

O debate atual sobre os movimentos sociais negros tem proporcionado a produção biográfica sobre a história de homens e mulheres negros, quilombolas, lideranças sociais e religiosas e sujeitos sociais do movimento LGBTQI+, em geral, invisibilizados da história do Brasil. A recente produção tem possibilitado a construção da memória individual e coletiva de personalidades negras, as temáticas de atuação em torno da construção da cidadania e da verdadeira democracia racial, do enfrentamento e a construção do direito à cidade para todos, sobretudo das populações excluídas e vulneráveis. Flávio Jorge ou Flávinho, assim como é conhecido na cidade de São Paulo, na época da entrevista, realizada pelo Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, estava com 51 anos de idade. Hoje, ele está com 70 anos de idade. O CPDOC FGV, no início do século XXI, realizou uma série de entrevistas com os militantes sociais negros do Brasil, principalmente com as lideranças de São Paulo, Rio de Janeiro, Belém, Salvador, como Sueli Carneiro, Edna Roland, Zélia Amador de Deus, Hédio Silva Junior, Hélio Santos, Frei Davi e demais lideranças do movimento negro. Faremos uso das informações e da literatura pertinente para análise e constituição da biografia de nosso interlocutor. A história de Flávinho, suas lembranças e a memória são

fundamentais para a construção de referências de tempo e espaço do movimento social negro, nas realidades local e global: ele traz a ancestralidade negra, a avó e os mais antigos do grupo familiar; é natural de Paraguaçu Paulista, cidade do interior do estado de São Paulo; aos 17 anos, migrou do interior para a capital paulistana no período efervescente da industrialização, da migração de mão de obra do interior do estado, do nordeste e demais regiões para o centro do capitalismo nacional; sobre o mundo do trabalho, o início formal aconteceu na função de office-boy; nos idos de 1974, foi aprovado em Ciências Contábeis na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; na PUC SP, teve contato com as lideranças sociais e sindicais, sobretudo com os estudantes negros, juntos organizaram o Grupo Negro da PUC; protagonizaram o encontro do grupo com Abdias do Nascimento; vivenciou o período da ditadura militar; sua trajetória social e política compreende a fundação e desenvolvimento de reflexões e ações, como a Soweto Organização Negra, o I Encontro Nacional de Entidades Negras, o Grupo de Negros do PT, os primeiros encontros com Florestan Fernandes, a fundação do Movimento Negro Unificado, o balanço da Conferência Internacional contra o Racismo em Durban na África do Sul, portanto, o protagonista, exerceu e se mantém em relevantes atuações na luta contra o racismo e a construção de uma sociedade democrática pautada na equidade.

Sonhos possíveis: lutas por autonomia e liberdade dos feirantes de Santo Antônio de Jesus-BA entre os anos 1950-1970

Hamilton Rodrigues dos Santos (UNEB)

As feiras livres são espaços/lugares privilegiados que muito traduzem as dinâmicas culturais e específicas dos contextos que elas estão inseridas. Retrato das culturas locais e regionais, as feiras livres baianas e de demais regiões do Brasil, constituem-se em um campo de análise e reflexão muito importante para pensarmos experiências, trajetórias e histórias de vários grupos, sujeitos e tipologias sociais que neste universo singular e plural, encenam e tecem dimensões várias da vida real e cotidiana. Partindo desta linha de interpretação, a feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus entre os anos de 1950 a 1970 era um horizonte possível, um espaço de lutas, resistência, sobrevivência e manutenção da cultura para parcela das populações negras locais e de toda região do Recôncavo baiano. Olhares desatentos não observam que a venda e o consumo de produtos e mercadorias dizem muito dos aspectos culturais e da tradição das populações locais e da região a que pertencem. O cardápio servido na feira livre, as ervas vendidas para curar os males da saúde física e espiritual, os produtos de barro e cerâmica comercializados – utensílios que são utilizados nas rezas de Cosme Damião e nos rituais sagrados das religiões de matrizes africanas – assim como os animais que são importantíssimos nos rituais sagrados desta última, carregam consigo uma áurea simbólica tornando-se uma dimensão importante a se refletir num estudo sobre cultura e trabalho de feirantes. Por outro lado, por detrás das barracas, dentre outras formas e maneiras que se tinha na época para expor os produtos, existiam ou estavam ali, pessoas, homens e mulheres, trabalhadores munidos de um leque de experiências que davam sentidos e significados às suas vidas. As ações, as práticas, os valores, as tomadas de decisões, as estratégias e resistências, os conflitos, os códigos morais e simbólicos, as astúcias, a criatividade e, sobretudo, os costumes, são elementos marcantes que deram/dão cor e forma a essa cultura e tradição bem peculiar, de um grupo social em que o trabalho, apesar de ser duro e cansativo, era um “bem” especial que, segundo suas concepções e noções, garantiu-lhes valores primordiais à suas vidas e histórias. Neste sentido, esta comunicação pretende refletir sobre alguns valores éticos e morais, sonhos

possíveis que moveram a luta de feirantes negros entre os anos 1950 a 1970, que mercadejavam/mercadejavam na feira livre da cidade de Santo Antônio de Jesus-BA.

Tradição oral e mulheres negras marisqueiras: caminhos para visibilidade.

Cherliane Paula Pinheiro Silva (UFRB)

Introdução: As mulheres da pesca em Madre de Deus são principalmente mulheres negras. As mulheres marisqueiras, historicamente, são invisibilizadas, fato que também se propaga no âmbito da mulher negra em diversos setores da sociedade. Por meio da tradição oral, é possível resgatar a história e as experiências dessas mulheres e valorizar suas contribuições para a cultura e a sociedade como um todo. A tradição oral desempenha um papel crucial na transmissão de conhecimentos, memórias e identidades ao longo do tempo, permitindo que as comunidades africanas expressem e compartilhem suas experiências de forma autêntica. Trata-se de uma fonte que possibilita compreender estilos de vida, estruturas sociais, relações familiares e genealogias das sociedades africanas, bem como as relações sociais e políticas que moldam suas comunidades. Ao abordar a experiência de viver da maré e a importância cultural desse modo de vida, é necessário recorrer a fontes que representem e reflitam a vivência dessas mulheres e suas comunidades. Objetivo: Refletir sobre a importância da tradição oral para mulheres negras marisqueiras da região de Madre de Deus. Metodologia: Para a construção desta narrativa, adotou-se a pesquisa bibliográfica como método de pesquisa. As obras analisadas compreendem as bases teóricas e informações essenciais para a abordagem dos problemas atuais da historiografia africana. Considerações finais: Ao conhecer suas origens, as mulheres negras podem transmitir essa história às gerações futuras, garantindo que suas raízes e cultura não sejam perdidas ou esquecidas. Isso é especialmente importante porque a construção da identidade de uma pessoa está diretamente relacionada à sua história e cultura e as mulheres negras têm uma rica e diversa história que precisa ser preservada e compartilhada. É essencial repensar o conhecimento histórico e adotar abordagens analíticas que priorizem a inclusão e a compreensão das experiências femininas. Através da incorporação das relações de gênero e raça na pesquisa histórica, podemos revelar as dinâmicas de poder subjacentes e desafiar visões e estereótipos limitantes. Ao considerar as experiências das mulheres negras marisqueiras, o estudo revela as dinâmicas de poder, desigualdades e resistências presentes na vida dessas mulheres, destacando sua importância como agentes sociais e políticos dentro da comunidade pesqueira.

Palavras-chave: tradição oral, gênero e raça, comunidade pesqueira.

Uma (re)leitura da cidade a partir da afrocentricidade: a não representação dos negros e negras no discurso da História local em Amélia Rodrigues – Ba

Tainara Margarida Rodrigues Moraes (UFRB)

Este trabalho versa sobre uma pesquisa de mestrado em andamento no Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas na UFRB/CAHL. Objetiva-se analisar e discutir o silenciamento da população negra na Historiografia do município de Amélia Rodrigues – Ba, pelo qual teve sua formação e povoamento através dos antigos engenhos para a produção do açúcar durante os períodos colonial e imperial. No entanto, no discurso da História “oficial” há um apagamento da participação negra neste processo. Enfatizando apenas seu processo emancipatório e desmembramento

político da Freguesia de Santo Amaro da Purificação, e à Amélia Rodrigues mulher, e isto é refletido nas escolas. A História “oficial” do município de Amélia Rodrigues inicia-se por volta de 1609 no século XVII, quando os irmãos portugueses Luís Vaz de Paiva e Manoel Nunes de Paiva tornaram-se donos de umas das sesmarias concebida pelo governador de Portugal, Dom Diego de Meneses. Posteriormente Manuel Nunes Paiva tornou-se o único proprietário, mas por pouco tempo, pois em 1622 passou as terras para o Mosteiro de São Bento, da Cidade de Salvador. Com a proposta de povoar o local, a instituição religiosa dos beneditinos construiu o primeiro engenho de moer cana, uma capela e um convento pequeno, formando um núcleo posteriormente conhecido como São Bento do Inhatá. Devido as condições climáticas e o solo massapê e as demandas econômicas das atividades açucareiras, este lugarejo logo passou a abrigar diversos outros engenhos como o Engenho Novo, o Engenho da Mata e o Engenho Nossa Senhora de Brotas, todos do século XVIII. Já no século XIX, surgiram o Engenho do Bângala, Engenho Tebaida, Engenho Triunfo e o Engenho Ipiranga E, com o decorrer dos tempos, foram surgindo os alambiques, pelo qual também merecem destaque nestas empreitadas empreendidas no recôncavo da Bahia. Passando por Arraiá, vila até chegar em município, a História da cidade de Amélia Rodrigues entrelaça com a História do Brasil, visto que, por muito tempo foi umas das fontes redutoras na produção do açúcar para a metrópole no Recôncavo da Bahia. No entanto, há uma identidade negada na prática discursiva da História deste município, mesmo sua população sendo composta majoritariamente por populações negras rurais. O produto final, versa na produção de um paradidático acessível a alunos e professores(as) das escolas da rede pública, especialmente do município de Amélia Rodrigues, trazendo como protagonista personagem/personagens negra(s) na construção da historiografia do município. E assim, contribuir para um ensino antirracista e afrocentrado, possibilitando nos educandos uma construção de uma identidade positiva e representativa.

“Somos o que dizemos que somos”: questão fundiária e a representação identitária em comunidades rurais no Extremo Sul da Bahia

Benedito de Souza Santos (UNEB)

A partir da penetração do modo de produção capitalista no campo, propõe-se a realização de análise das experiências no interior na produção agrícola familiar com recorte para os agricultores autônomos com representações étnicas e identitárias. O problema central da pesquisa foi entender como as comunidades negras rurais no Extremo Sul da Bahia se posicionam no contexto da produção agrícola familiar em uma região marcada pela expansão do agronegócio. Para isso foi qualificado o “lugar social” das comunidades negras rurais enquanto grupo inserido na cadeia produtiva que se consolidou no Extremo Sul da Bahia. Assim, a conjuntura da região do Extremo Sul da Bahia que concorre e se sobrepõe à realidade da expansão do capital no campo em interface com a permanência dos camponeses/agricultores (proletarizados ou não) em seus espaços históricos, são as principais referências para a problematização das relações sociais no campo, que também são as questões mais específicas do recorte desta pesquisa. A pesquisa proposta sobre a penetração do modo de produção capitalista no campo, com foco nas comunidades negras rurais no Extremo Sul da Bahia, foi fundamentada a partir de autores como Grosfoguel (2008), Leite (2016 e Stédile (2013. Suas ideias podem ser valiosas para analisar as estratégias de resistência e luta das comunidades negras rurais no contexto da pesquisa e servirão como ferramentas conceituais para aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais, econômicas e identitárias que envolvem essas comunidades em um contexto de

expansão do agronegócio. Com abordagem qualitativa a partir da análise de entrevistas, a pesquisa enfatizou a relevância de compreender as representações identitárias dessas comunidades como parte fundamental da luta pela terra e da construção de alternativas ao modelo de produção capitalista no campo. Temos então, de um lado, “velhos” atores sociais que buscam superar a invisibilidade com o fortalecimento político, se apresentando com “novas” identidades étnicas – como as comunidades remanescentes de quilombo – que se apropriam de direitos na medida em que alcançam espaços de visibilidade; do outro lado, os interesses do capital e suas articulações enquanto força econômica. Em outras palavras, espaços se organizam/reorganizam onde ocorrem emergências étnicas enquanto (re)construção de um passado mítico (ou ressignificação e [re]apropriação política e identitária de determinados atores sociais) de grupos que buscam meios alternativos de resistência à expansão do agronegócio representando, em maior parte, pelo setor agroflorestal.

ST 09 - História, cultura visual e contra-hegemonias: arquivos, pesquisa e ensino

Acervos visuais e fotográficos dos povos indígenas do território cearense no NUDOC/UFC

Leandro Santos Bulhões de Jesus (UFC)

Resultado de uma trajetória secular do genocídio indígena, as narrativas sobre a ausência de indígenas no território cearense tiveram e ainda têm espaço de reverberação no senso comum, de tal modo que é preciso investir na produção de conhecimentos que enfrentem este discurso. As pesquisas do geógrafo Alex Ratts, a partir de 1995, registraram o “aparecimento” de grupos considerados extintos que, na década de oitenta do século vinte, conquistaram visibilidades em relação às históricas lutas por território, cidadania e reconhecimento identitário no estado do Ceará, passando a atuar na arena política no contexto das mobilizações sociais que antecederam a constituinte. As pesquisas de Ratts somavam-se a outros estudos dos anos 1990 que desestabilizaram a retórica da invisibilidade indígena no nordeste fundamentada nas lógicas de extinção ou da assimilação (SAMPAIO, 1986; PORTO ALEGRE, 1994). Para além do universo acadêmico, na sociedade civil organizada, grupos de indígenas e de não indígenas se articularam em torno de ações com escopos de atuação comunitária, municipal, estadual, federal, como foi o caso dos povos Tapeba, Tremembé, Pitaguary e Jenipapo-Kanindé. Nesse sentido, ONG’s, grupos de pesquisa, igreja católica, servidores públicos etc, colocaram em pauta na agenda de movimentos sociais e das políticas públicas as demandas desses povos, promovendo a interação de advogados, militantes, historiadores, estudantes, missionários, fenômeno que produziu uma memória específica no campo dos direitos dos povos tradicionais no Ceará (SARAIVA). Foi neste contexto que a missionária Maria Amélia Leite, que hoje está com 93 anos, engajou-se na causa dos povos indígenas, participando ativamente das lutas que estavam em marcha, o que acabou culminando na criação da Associação Missão Tremembé (AMIT), em novembro de 1995: instituição privada, sem fins lucrativas, localizada em Fortaleza, no Ceará. Se em meio às estratégias de lutas dos indígenas somavam-se as assembleias; encontros de lideranças; conhecimento dos territórios e povos; viagens; elaboração de documentos e processos; criação de eventos, reuniões com representantes do estado; entre outras, Maria Amélia Leite incumbiu-se de registrar e salvaguardar o que pôde, de tal modo que a atuação da AMIT (1995 – 2015) legou um dos maiores acervos sobre a história recente dos povos indígenas do Ceará, entre os quais somam-se os artísticos, administrativos, fotográficos, audiovisuais, científicos, cadernos de campo, clipping de jornais. Nesta comunicação, apresentarei os desafios pilotos para disponibilização do acervo audiovisual e fotográfico da AMIT que, desde 2019, está sob a guarda do Núcleo de Documentação e Laboratório de Pesquisa histórica do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará.

Lendo as Histórias em Quadrinhos à Contrapelo: Estudos Pós-coloniais, Decoloniais e Subalternos e seus impactos e desafios teóricos para a Historiografia através da ficção

Savio Queiroz Lima (UFRGS)

O artigo propõe o mapeamento conceitual das correntes de pensamentos: Colonial, Pós-Colonial, Decolonial e de Estudos Subalternos. Como histórias em quadrinhos, em sua

verve ficcional dialógica com a realidade, sintomatizam as transformações sociais que são frutos de contextos históricos, retroalimentando o cenário social, cultural e político. Parte da correlação de interinfluências entre os movimentos políticos da modernidade: Colonialismo, Imperialismo e Capitalismo, além de seus cruzamentos, e como estes estabelecem alicerces para um sistema de mundo pretendido universal e globalizado-globalizante na manutenção de práxis e subjetividades. Para compreender as práticas de continuidades e rupturas das estruturas de pensamento da colonialidade, foram escolhidas narrativas ficcionais conhecidas como histórias em quadrinhos enquanto objetos-fonte que sintomatizam cada temporalidade das correntes de pensamentos aqui trabalhadas. As fontes foram devidamente recortadas de seus produtos originais e tratadas através da análise sobre a representatividade e discursos sobre o outro: serão trabalhadas as narrativas produzidas no ocidente, ou por este orientadas, como Tintin no Congo (1930-1), o singular periódico All-Negro Comics (1947), alguns recortes da origem do super-herói Pantera Negra (1966), ou narrativas produzidas pelas experiências orientais ou não colonizadas, como Persépolis (2000), O Mundo de Aisha (2015), dentre outras, inqueridas pelo debate franco com as correlacionadas correntes de pensamento. A inserção dos estudos sobre colonialidades, subalternidades e os pensamentos e práxis das correntes pós-coloniais e decoloniais ampliam exponencialmente o fazer historiográfico além das prévias expectativas da terceira geração dos annales, produzindo desafios e gerando oportunos novos debates, novos problemas e novas abordagens. Diante disso, são fortuitos os questionamentos e reflexões de autores como Stuart Hall, Edgardo Lander, Aníbal Quijano, dentro outros e outras, ilustrando as historicidades críticas de Luciana Ballestrin. O texto se faz como oferta de abordagem crítica-analítica das narrativas ficcionais para seu uso didático ao Ensino de História e na produção de pesquisas que injetem os conceitos elencados nos tratos historiográficos.

Pintura e negritude no oitocentos, notas da pesquisa sobre Antônio Rafael Pinto Bandeira

Fernando Porfirio Lima (UFRB)

A presente pesquisa apresenta dados parciais de uma pesquisa de mestrado em andamento, que investiga a obra e a vida do pintor Antônio Rafael Pinto Bandeira (1863-1896). Negro, descendente de escravizados e proveniente das classes baixas carioca. Pinto Bandeira aos 16 anos matriculou-se na Academia Imperial de Belas Artes, na qual foi um destacado paisagista e marinheiro de seu tempo. Em Salvador, onde permaneceu durante alguns anos, foi um professor de desenho e paisagem do Liceu de Artes e Ofícios. De volta à sua cidade natal, ali tentou, em vão, fundar uma Escola de Belas Artes. Embora a academia garantisse a sua sobrevivência, e suas obras tenham alcançado certo reconhecimento público, sua inserção social estará limitada, impossibilitado em alcançar as instâncias mais altas do meio artístico. Não por acaso, a questão da invisibilidade artística ainda é uma realidade para população afrodescendente, o que nos faz pensar em quais condições esses pintores negros pioneiros tiveram acesso à formação na Academia Imperial de Belas Artes. Em geral, a narrativa histórica procura ressaltar o lugar de ascensão social e superação desses artistas. Pessoas que de um modo ou de outro conseguiram ingressar na Academia Imperial de Belas Artes e construir uma carreira considerável. Porém, essas trajetórias de ascensão eram conquistadas a duras penas, e não estavam isentas as angústias, fracassos e limitações impostas pelo sistema racial brasileiro. Nosso intuito é traçar um horizonte historiográfico que dê conta de pensar o que o pintor Rafael Pinto Bandeira construiu na segunda metade do século XIX? E

procurar entender esse artista, e conseqüentemente, outros pintores negros do século XIX, construíram concepções muito particulares de modernização em suas produções. A minha pretensão é analisar a obra e em conseqüência, a trajetória de Pinto Bandeira por uma perspectiva decolonial, buscando desvelar a invisibilidade da presença negra nas artes plásticas. Contudo, estudar a vida e a obra de Pinto Bandeira pelo fato dele ser negro não consiste em enxergar na sua produção questões étnicas diretamente. Interessa-me, sobretudo, estabelecer relações em dois eixos. De um lado sua “vida”, a construção de sua biografia, aspectos tais como os lugares que frequentou, com quem se relacionou, etc.; do outro tecer relações entre as suas obras, tanto do ponto de vista formal, quanto de conteúdo e recepção de suas obras junto a crítica contemporânea ao autor.

Ver-se no outro: estratégias de letramento racial na prática fotográfica de Lázaro Roberto

Elson de Assis Rabelo (MDHC)

Nesta comunicação, proponho discutir sobre as formas de produção e veiculação de uma série de fotografias produzidas por Lázaro Roberto Ferreira dos Santos, nos anos 1990: as imagens de trabalhadores que mudaram seu local de trabalho da Feira de Água de Meninos para a Feira de São Joaquim. Esse trabalho nas feiras foi objeto de um projeto autoral de documentação fotográfica sobre o cotidiano dos grupos negros em Salvador, que tem origem em sua imersão na tradição do fotojornalismo. Porém, dando um passo adiante, Lázaro promoveu a devolução dessas imagens em exposição para os próprios fotografados. Com isso, o fotógrafo aprofundava sua própria consciência racial e as práticas sógnicas de letramento racial desenvolvidas pelos movimentos negros na Bahia, desde os anos 1970 - como o diálogo com os blocos afro e os praticantes de religiões de matriz africana - e constatava a densidade histórica das camadas de raça e classe que se reproduziam geracionalmente na precarização daquelas vidas. De um ponto de vista formal, Lázaro experimenta as possibilidades do retrato fotográfico, com poses individuais e coletivas, convocando os retratados a encararem a câmera e a disporem de seus rostos, seus gestos e seu jeito de corpo, num esforço de re-humanização desses sujeitos para além de sua compreensão como força de trabalho. Cotejamos ainda documentos que indicam o uso imediato dessas imagens, em um debate público com intelectuais, para os quais a imagem se tornou ponto de partida para o pensamento, como Luiza Bairros, Jocélio Teles dos Santos, Livio Sansone, que participaram do evento "O negro e seu trabalho na Bahia", organizado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais na Casa do Benin, em Salvador. Em perspectiva histórica, ao considerarmos que, àquela altura, Lázaro já havia fundado o Zumbi Arquivo Afro Fotográfico, em 1990, essas imagens retornam ao arquivo depois de uma trajetória que passou pelo olhar dos próprios fotografados e permitindo a abertura para a investigação interdisciplinar sobre trajetórias, mundos do trabalho e de enfrentamento das práticas de racialização que privaram muitos desses sujeitos do acesso à imagem e da própria consideração estética sobre seus corpos.

ST 10 - A Expansão Portuguesa no período moderno: instituições, religiosidades e resistências

A Independência, o Imediato pós-Independência e as Elites Baianas na Constituinte de 1823

Nancy Rita Sento Sé de Assis (UNEB)

Quando foram abertas as primeiras sessões da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, em 1823, a Bahia esteve ausente. Aventava-se que chegasse com atraso, tão logo as lutas pela independência – então em curso na capital, Salvador, e no Recôncavo Baiano – tivessem um desfecho. A ausência dos deputados representantes dessa importante província do Norte gerou polêmicas e desconforto com relação à condução de determinadas pautas. Questionava-se, principalmente, se era legítimo decidir sobre questões que impactavam diretamente a administração e a autonomia das províncias da recém independente nação se que os deputados baianos fossem ouvidos. Entre embaraços e objeções, é possível compreender a inserção da Bahia naqueles primeiros debates parlamentares que inauguravam a nacionalidade brasileira e, através deles, inquirir sobre as intenções, interesses e projetos ali defendidos, entre os quais destacaremos aqui a polêmica em torno da escolha da província que sediaría as faculdades dos cursos de direito reivindicadas como importante locus de desenvolvimento de grupo preparado para o comando da política, administração e justiça do país. Conforme adverte Flávio Heinz (2006, p. 12), “essas elites devem nos interessar não apenas como novo possível micro-objeto – que sem dúvida são –, mas como partes, ‘nós de uma rede’ na arquitetura precária e instável das sociedades na história”. Não tenho a pretensão de trazer aqui uma abordagem prosopográfica, metodologia recorrente quando se trata de estudar elites, mas apenas ensaiar uma reflexão a partir das falas e discursos de alguns deputados baianos que se sobrepõem nas sessões parlamentares tanto pela constância com que se pronunciavam em plenário, quanto pela forma como embasavam e defendiam seus argumentos – forma que muitas vezes foi responsável pela aprovação ou reprovação desses últimos entre os deputados da Bahia e de outras províncias do Império – num momento em que, envolvidos no processo de construção do Estado imperial, também enfrentavam a perturbadora incumbência de conceber uma definição de nacionalidade para o recém independente Estado do Brasil. As fontes utilizadas aqui, as atas das sessões da Assembleia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil do ano de 1823, aqui arguidas da perspectiva metodológica da nova história política e da análise do discurso.

A revolta kiriri de 1797: protagonistas e autoridades em conflito

Fabricio Lyrio Santos (UFRB)

Entre os dias 24 a 29 de novembro de 1797, na vila de Santa Teresa do Pombal, no sertão da Bahia, teve lugar uma devassa com o objetivo de identificar e punir os culpados por uma revolta protagonizado por uma parte dos indígenas habitantes daquela localidade. A revolta teve início no mês de julho e se agravou no dia 19 de outubro do mesmo ano, quando a cadeia da vila foi alvejada de tiros e flechas disparadas em meio ao tumulto causado pelos revoltosos para a libertação do principal líder do movimento, o sargento-mor Vitoriano Francisco. A investigação gerou um documento que se encontra depositado no Arquivo Público da Bahia intitulado “Treslado do Sumario de testemunhas que por

hordem do Illustrissimo e Excelentissimo Senhor General, mandou proceder o Juis ordinario desta Villa de Nossa Senhora de Nazareth do Itapicuru de Sima, na Villa de Santa Thereza do Pombal como ao diante se declara”. O propósito desta comunicação é analisar os principais personagens que aparecem nesta devassa, com destaque para os protagonistas e as autoridades envolvidas, cujos perfis dizem muito sobre o funcionamento da sociedade colonial no espaço sertanejo e informam sobre algumas das principais consequências da legislação indigenista da segunda metade do século XVIII, com destaque para as leis de liberdade indígena e o Diretório dos índios, de 1757. Este, em particular, ampliou a convivência e a miscigenação entre indígenas e colonos, incentivando a presença dos últimos nas terras tradicionalmente ocupadas pelos primeiros. Entre as autoridades envolvidas destacam-se o juiz ordinário da vila do Itapicuru de Cima, Manuel José Guedes, e o tabelião, Manuel Joaquim da Silva, que atuou como escrivão. Na vila de Pombal devem ser mencionados o juiz ordinário Ângelo da Silva, o vigário da freguesia, Albano de Souza Nunes, e o diretor, Jerônimo de Souza Gomes, que relataram a revolta ao governador, urgindo providências. Ângelo da Silva era indígena, o que condiz com a política adotada na Bahia para a criação de vilas indígenas. Entre os protagonistas destacam-se José Félix Cabral, que iniciou o levante em julho de 1797, mas acabou morto na cadeia da capital; Vitoriano Francisco, sobrinho de Cabral, que deu continuidade à insurreição alguns meses depois; e José Mandinga, um indígena identificado como mandingueiro que liderou o movimento pela libertação de Vitoriano da cadeia da vila. Além desses, merece ser mencionado também o indígena Constantino Pereira Ribeiro, capitão mor da vila de Mirandela, que acolheu os revoltosos e os protegeu por algum tempo. A atuação e as trajetórias desses protagonistas e das autoridades mobilizadas para reprimir a revolta kiriri de 1797 serão o foco desta apresentação, tomando este episódio como revelador das dinâmicas sociais urdidas naquele espaço.

A tradição inventada como forma de manutenção do catolicismo no Brasil: análise do dia de Santos Reis em Muniz Ferreira.

Genilson de Jesus Santos (UNEB)

Segundo Hobsbawm e Ranger (1997), por tradição inventada entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (1997: P. 9). Compreende-se em primeiro plano que os historiadores estavam analisando práticas tradicionais da Inglaterra e suas colônias, porém busca-se utilizar do conceito para discutir nesta apresentação o modo como se festeja o dia dos Santos Reis em Muniz Ferreira, percebendo a tradição como um mecanismo de perpetuação do catolicismo que outrora foi trazido e imposto pelos portugueses ainda na colônia brasileira. Este catolicismo, se reinventando e se adaptando, conseguiu chegar até a contemporaneidade como forma de tradição em várias regiões do país sendo, em certos recortes temporais e espaciais, inventado de forma que vínculos simbólicos fossem formados com algum passado rememorando em forma de resgate àquilo que foi perdido com o tempo. A manifestação popular retratada está presente em várias regiões do Brasil e pode ser denominada de Reisado, Folia de Reis, Terno de Reis, Festa de Reis, dentre outras formas. Sendo assim, percebe-se, a priori, que o festejo às figuras dos Reis Magos diferem de acordo com a região em que está sendo realizada. De forma geral, o Reisado acontece como um folguedo tradicional do ciclo natalino sendo, em grande parte dessas regiões, organizado na forma de um cortejo de brincantes, representando a peregrinação

dos Reis Magos à Belém e se desenvolve em autos com cantos, danças e a presença do boi dentre outras características específicas e regionais de cada ato de festejar. O festejo possui características diversas no Brasil, porém concentram em sua estrutura elementos básicos do cortejo que quando utilizados nas invenções garantem uma continuidade com o passado de uma localidade dando-lhe o caráter tradicional. Assim, discutir sobre a organização do dia santo em Muniz Ferreira do século XXI é dar um recorte local para a manifestação cultural e poder perceber como essa relação com o passado produz uma tradição inventada em que Hobsbawm e Ranger já discutiam no século XX.

Com humildade, pobreza e observância da regra - A propaganda missionária na Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil, de Fr. Manuel da Ilha (1621).

Rafaela Almeida Leovegildo Franca (UFBA)

A comunicação aqui proposta toma como principal objeto de análise a crônica intitulada Narrativa da Custódia de Santo Antônio do Brasil, escrita em 1621 pelo franciscano português Fr. Manuel da Ilha. Fabricada sob a designação e a supervisão das instâncias superiores da Ordem dos Frades Menores, a Narrativa é um dos primeiros relatos, de que se tem notícia, a respeito da evangelização promovida pelos franciscanos no Brasil. Escrita com o intuito de registrar o processo de instalação da Ordem dos Frades Menores na colônia brasileira, a obra de Manuel da Ilha descreve desde a saída dos religiosos de Portugal até sua chegada na América, retratando a construção dos primeiros conventos franciscanos na região, bem como as biografias dos religiosos ilustres que os habitaram. Além disso, se tratando de um escrito referente a um ambiente de missão, a Narrativa de Manuel da Ilha foi dedicada, especialmente, à descrição do trabalho apostólico que os frades realizavam junto aos indígenas do Brasil. Ao longo da obra, o cronista descreveu as penúrias e dificuldades enfrentadas pelos seus confrades na colônia, destacando, com especial ênfase e admiração, os supostos sucessos conquistados na conversão indígena. Na Narrativa, abundam, por exemplo, referências a casos de conversões bem-sucedidas, de boas relações entre os nativos e os frades, e também destes com as autoridades coloniais. De partida, o intuito desta comunicação é apresentar uma análise a respeito dos principais argumentos ativados por Fr. Manuel da Ilha para defender e legitimar a presença dos franciscanos no Brasil e sua atuação na evangelização dos nativos. Indo mais além, a investigação que se pretende apresentar também colocará esta crônica em diálogo com outros registros fabricados pelos frades menores na passagem dos séculos XVI-XVII, que retrataram o trabalho missionário em diferentes partes do Império português. Com esta leitura comparada, busca-se identificar quais teriam sido as linhas de força da propaganda missionária franciscana, analisando como estes religiosos capitalizaram a palavra escrita para construir uma determinada imagem em torno de seu trabalho apostólico. Esta investigação leva em consideração, sobretudo, o clima de competição que caracterizava o período da evangelização moderna, no qual pode-se observar uma acirrada concorrência entre os diferentes grupos missionários. Diante deste quadro, o presente estudo pretende investigar os mecanismos ativados por missionários e cronistas da Ordem dos Frades Menores para promover seu trabalho catequético no além-mar, atentando para as manobras retóricas que foram utilizadas com a finalidade de destacar seu instituto frente aos missionários concorrentes.

Dom Frei Manuel de Santa Inês: um bispo português cruza o Oceano Atlântico e chega à Bahia para disciplinar almas e súditos (1762-1771)

Clarissa Pacheco Rios (UFBA)

O carmelita descalço Dom Frei Manuel de Santa Inês nasceu na vila de Cascais, nos arredores de Lisboa, em Portugal, em 1704, e morreu na Bahia, aos 67 anos de idade, depois de ter cruzado o Atlântico e desempenhado papéis importantes para o Império Português na época moderna. Primeiro, foi feito bispo durante o reinado de Dom João V e mandado para Angola, onde assumiu o Bispado de São Paulo da Assunção de Luanda e acabou, provisoriamente, atuando também como governador daquele reino após a morte do governador e capitão-general João Jaques de Magalhães. Depois, tendo já vivido a experiência de ter o poder civil e o episcopal em suas mãos, Dom Frei Manuel de Santa Inês viajou à Bahia, onde desembarcou em Salvador, então capital do Brasil, em 28 de julho de 1762. Desta vez, já aos 58 anos de idade, o cascalense tinha outra responsabilidade nas mãos: já no reinado de outro monarca, Dom José I, e sob os olhos atentos de Sebastião José de Carvalho e Melo – o futuro Marquês de Pombal – o carmelita descalço deveria juntar-se ao governo provisório secular, formado pelo chanceler José Carvalho de Andrade e pelo coronel Gonçalo Xavier de Barros Alvim, e governar também o Arcebispado da Bahia. Diferente do cenário de Angola, onde Santa Inês acabou tendo o poder civil nas mãos por força do acaso, desta vez ele já chegava à Bahia nomeado para ocupar os dois postos. Cabe destacar que, apesar de eleito, Santa Inês desembarcou na Bahia e atuou quase até sua morte como governador do arcebispado, e não como arcebispo de fato, já que ele não tinha a confirmação papal. Esta lhe foi negada, a partir da suspensão das bulas, diante do imbróglio entre a Coroa Portuguesa e Roma por conta da expulsão dos jesuítas, oficializada a partir da lei de setembro de 1759. Ainda assim, caberia a Dom Frei Manuel de Santa Inês agir como disciplinador – de almas e de súditos – na Bahia que abrigava, até então, o único e, portanto, importantíssimo, arcebispado da América Portuguesa. Este artigo analisa como o prelado português atuou para disciplinar as almas na Bahia, aplicando medidas que coadunavam com a política da Coroa, ao mesmo tempo em que tomava posição no governo provisório do Estado durante aquele que ficou conhecido como período pombalino.

Entre esposas adúlteras e mulheres desonradas: Relações familiares e especificidades da bigamia masculina no atlântico português

Emily de Jesus Machado (UFBA)

Durante o seu período de funcionamento, entre os anos de 1536 e 1821, a Inquisição portuguesa processou e puniu cerca de mil e trezentas pessoas por bigamia. O delito era de jurisdição inquisitorial por seu caráter de ofensa ao sacramento do matrimônio, afinal, a bigamia concretizava-se quando um sujeito se casava na igreja, seguindo os procedimentos estabelecidos pelos decretos tridentinos, mesmo quando se sabia impedido em razão de possuir um primeiro cônjuge vivo. Entre aqueles que incorreram neste delito estava o lavrador Brás Eanes, processado pela inquisição lisboeta em 1553. Ao confessar-se diante da mesa, Brás afirmou que os motivos que o levaram a incorrer no delito derivavam das ações da sua esposa, Leonor Dias. Ela havia cometido adultério e, como resultado, ele a entregou à justiça eclesiástica e deixou a cidade de Torres Vedras, de onde era natural. Ao partir para Lisboa levou consigo outra mulher, Catarina Fernandez – com quem, posteriormente, contraiu ilegítimo matrimônio. Para a sociedade que se constituiu

no mundo ibero-atlântico durante a primeira modernidade, o apego a ortodoxia imposta pela Igreja e a manutenção da honra eram essenciais para a primazia social. Para os homens, a honra estava relacionada, dentre outras coisas, ao exercício do poder pátrio sobre a esposa e os filhos. Sendo assim, um dos grandes ataques a honra masculina era o adultério feminino. Por um lado, o adultério feminino era delito sério a ponto de tornar legítimo, de acordo com o que legislava as Ordenações Manuelinas, o assassinato da esposa pelo cônjuge ofendido. Por outro, de acordo com os cânones previstos pelo Concílio de Trento (1545–1563) para o sacramento do matrimônio, o adultério poderia justificar a separação de corpos do casal, mas não dissolvia o enlace. Para aqueles maridos que não desejavam limpar a honra com sangue, a possibilidade de outro casamento legítimo enquanto vivesse a esposa adúltera estava vetada. Entre o apego a ortodoxia e a prática social que via no adultério feminino crime irreparável, Brás Eanes e muitos outros homens que incorreram em bigamia no espaço atlântico português instrumentalizaram a dita má conduta da esposa como argumento legitimador da resistência aos dogmas eclesiásticos. Diante do escrutínio inquisitorial que levava a confissões e denúncias detalhadas, registradas nos processos que chegaram até nós, é possível entrevermos alguns aspectos das vivências familiares no Atlântico português moderno, percebendo como a circulação de pessoas, os papéis de gênero, o disciplinamento social imposto pela Igreja e pela coroa e os próprios anseios divergentes dos sujeitos se entrelaçavam dando forma a dinâmicas sociais e familiares específicas.

Indígenas, colonos e jesuítas nos sertões de Água Fria, Itapororocas e Jacuípe na Bahia de 1653 - 1700.

Alex Teixeira de Araújo (UFF)

A presente comunicação tem como proposta discutir a atuação dos indígenas, colonizadores e religiosos da Companhia de Jesus no sertão da capitania da Bahia entre 1653-1700, com foco inicial na sesmaria de João Peixoto Viegas, que compreendia as terras de Água Fria, Itapororocas e Jacuípe. O estudo da documentação que reconheceu Viegas como proprietário da sesmaria, compra de João Lobo de Mesquita, revela de pronto a preocupação com a catequização dos indígenas daqueles territórios. Isto então possibilita compreender como a ocupação dos territórios indígenas por colonos e missionários é parte de um projeto de colonização com diversas implicações sociais, políticas e étnicas. Neste sentido, os registros feitos pelos religiosos como casamentos, batismos e óbitos dão-nos uma dimensão das populações sobre controle da Companhia e do sesmeiro em questão. Outro aspecto que chama a atenção e que será pautado na apresentação do trabalho diz respeito a importância dos indígenas, tanto por sua capacidade de fornecer mão de obra para diversas atividades e contingente para as guerras com outros povos do sertão, os ditos Tapuias, quanto pela capacidade destes povos resistirem e encontrarem estratégias de sobrevivência, por acomodação ou adaptação ao contexto colonizador. A análise perpassa também o papel que os territórios indígenas tiveram na expansão da colonização para os sertões e nas redes estabelecidas dentro destes espaços por seus diferentes agentes sociais e políticos. Destacamos os conflitos entre colonos, indígenas e religiosos nestes locais tanto pela administração dos indígenas quanto pela resistência oferecida por eles, sendo necessária a intervenção das autoridades da capitania, demonstrando que havia diferentes visões e interesses nos espaços coloniais. Para melhor situar a abordagem, entre os povos indígenas deste sertão há um destaque para os Payaya, pois são recorrentes as menções a estes nas correspondências dos sertanistas, como os Adornos, Guedes de Brito e Viegas. A abordagem busca de modo

geral compreender as fronteiras étnicas dentro destes territórios, além de mapear as atividades dos missionários pelo sertão da Capitania da Bahia, tendo os rios Paraguaçu, Jacuípe, Pojuca, Inhambupe e Itapicuru como principais polígonos para mapeamento e georreferenciamento das atividades de ocupação, expansão e missionação no sertão da Bahia.

O Agreste na Independência do Brasil na Bahia: A participação dos Negros e Indígenas.

Thiago Pinto Dantas (Arquivo)

A região Agreste da Bahia participou efetivamente das lutas pela independência do Brasil na Bahia e partindo da Vila de Itapicuru centenas de homens se deslocaram de uma localidade longínqua com a finalidade de tornar a Província independente de Portugal. Mas a custo de que? Ou de quem? Quem foram esses homens? E quem foram os beneficiados neste processo de lutas e transformações durante o século XIX (1822-1823)? As camadas populares foram importantes no êxito do processo da independência do Brasil, mas foram imprescindíveis no prestígio e ascensão que a elite local e regional adicionou após o término da guerra. Os povos escravizados lutaram bravamente em uma guerra cujos louros não foram colhidos por estes. Desta forma, é importante refletir os verdadeiros protagonistas no processo de independência do Brasil. Analisar o contexto da região Agreste a partir da Vila de Itapicuru que de acordo com diversos autores contribuiu de forma efetiva com o envio de homens, dinheiro e munições. O Engenho Camuciata em Itapicuru hospedou o general Labatut que ordenou ao Capitão Mor de Itapicuru João Dantas dos Reis Portátil o recrutamento de homens para a guerra conforme carta que compõe a troca de correspondência entre os dois que consta no Arquivo Público do Estado da Bahia. Após a Batalha de Pirajá em 08/11/1822 era necessário de acordo com o historiador Pedro Calmon uma cavalaria e o Capitão Mor de Itapicuru organizou a cavalaria com 500 homens que partiram de Itapicuru para os campos de Pirajá. O Capitão Mor de Itapicuru também organizou a Guarda Cívica de Cachoeira durante a guerra. Esta guarda era responsável por proteger a cidade durante o conflito. Diante da realidade da Vila de Itapicuru em 1822 esta pesquisa conclui que muitos escravizados foram obrigados a lutar na guerra. Diversos historiadores clássicos citam a participação de Itapicuru como Luiz Henrique Dias Tavares, Afrânio Peixoto, Ladislau dos Santos Titara, Pedro Calmon e muitos outros. E levando em consideração que o Capitão Mor era um senhor de engenho, avô do Barão de Jeremoabo e pai do Barão do Rio Real, além da lista de escravizados da década de 1860 que traz os descendentes dos que lutaram na guerra, não resta dúvida de quem foram os heróis da guerra da independência do Brasil, os negros e indígenas.

Práticas de cura, fé e religiosidade no Município de São Felipe (1990 a 2020)

Joseane Portugal dos Santos (UNEB)

Resumo: A pesquisa aqui apresentada, que ainda se encontra em fase de desenvolvimento, trabalha com as casas de cura localizadas nas zonas rurais do município de São Felipe, no Recôncavo baiano, em uma temporalidade ainda não totalmente definida, mas que pretendemos dialogar entre os anos de 1990 a 2020. As casas de cura aqui denominadas, são espaços onde residem sacerdotes da Umbanda, que atuam no universo das curas de doenças físicas, emocionais e psicológicas, o termo "casas de cura" surgiu a partir da

forma como as pessoas identificam os sacerdotes atuantes dessas práticas como "curadores". A designação como sacerdotes da Umbanda, nos foi fornecida pelos próprios religiosos, que nos apresentou atestado de competência emitido pela FENACAB, Federação Nacional do Culto Afro-Brasileiro. Além da relação com a Umbanda esses sujeitos se denominam católicos praticantes, e observantes de suas obrigações com esta instituição. A viabilidade da pesquisa se efetiva através da metodologia da História Oral, instrumento que nos permitiu adquirir as informações aqui relatadas, assim como livros, fotos (tiradas do espaço pela pesquisadora) e o atestado de registro. Objetos estes que nos permitirão ampliar o contexto de análise. Registra-se aqui que os materiais citados como fontes além da metodologia da História Oral, não têm nenhum intuito de validar os testemunhos, pois sabemos e afirmamos a legitimidade desta, mas são elementos que nos foram apresentados pelos colaboradores e considerados importantes ao contexto aqui abarcado. Nosso Objetivo é analisar a atuação das Casas de cura/ Centro de Umbanda e seus sacerdotes, no município de São Felipe (1980-2020), dando ênfase aos elementos que estão nesse contexto, como catolicismo, religiões de matriz-africana e mediunidade/espiritismo, associados ao enfrentamento das doenças. Assim como: mapear esses espaços, registrados ou não; (pois temos informações que nem todos os sacerdotes/sacerdotisas atuantes no município são registrados), analisar as práticas dos sacerdotes e a relação deles com a comunidade, e investigar a relação dos curadores com a medicina tradicional, assim como as religiões cristãs. O campo de estudo em que essa pesquisa se insere é a História Cultural, e empenha-se em analisar a dinâmica da religiosidade e das práticas dos curandeiros e como esses indivíduos transitam nesses espaços. Vale salientar que esse conceito de cultura pode ser utilizado para se pensar as práticas do cotidiano dos diversos indivíduos, e cultura popular para englobar os diversos fatores desse contexto como: cor/raça, sexo, categorias sociais (ex.: as instituições religiosas, poder aquisitivo, entre outros).

Minicursos

Histórias em Quadrinhos para o Ensino de História da África e Cultura Afro-Brasileira

Savio Queiroz Lima (UFRGS)

O minicurso busca aplicar e debater os parâmetros da lei 10.639 através do uso de histórias em quadrinhos (HQ). Faz uso de experiências dos professores ministrantes com o objeto-fonte dentro do campo dos estudos historiográficos e suas possibilidades didáticas, através de produção intelectual e/ou práticas de ensino, de uso das histórias em quadrinhos no ensino de História. A intenção de contatos entre pesquisadoras e pesquisadores que se utilizam dos objetos-fontes HQs é de fortalecimento do meio. Mas, também, de acolhimento de pessoas professoras-pesquisadoras interessadas na instrumentalização didática da mídia de entretenimento. Por conta disso, o minicurso tem o objetivo de ser introdutório, servir de debate franco e comungar saberes e conhecimentos, bem como enfrentar os desafios que a experiência em sala de aula possa trazer para os temas partícipes da lei 10.639. Diversas narrativas ficcionais atravessam as questões que envolvem a História e Cultura da África, bem como as heranças transmitidas para o cenário sociocultural brasileiro, as chamadas Culturas Afro-Brasileiras. Construído em parceria com o professor e pesquisador Julio Sandes.

Bibliografia

- LIMA, Savio Queiroz. Ensino de História da África em Desconstrução: Renovação do Imaginário da África Através de Histórias em Quadrinhos em Acordo com a Lei 10.639. In: Anais do XII Colóquio Nacional e V Colóquio Internacional do Museu Pedagógico - UESB, volume 12, p. 2129-2135, Vitória da Conquista, 2017. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cmp/article/viewFile/7113/6918>.
- LIMA, Savio Queiroz. Garra de Pantera: Os Negros nos Quadrinhos de Super-herói dos EUA. In: Revista Identidade!, São Leopoldo, v.18 n. 1, p. 90-102, jan.-jun. 2013. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/identidade/article/view/618>.
- LIMA, Savio Queiroz. Tintin no Congo e a Lei 10.639: Conflitos e Acordos para Aplicação em Sala de Aula. In: BRAGA, Amaro X; MODENESI, Thiago. Quadrinhos & Educação – Volume 3. Jaboaão dos Guararapes, Faculdade dos Guararapes, 2016.
- MARTINS, Júlio Nunes Sandes. Aya de Yopougon e a Historiografia Africanista das Mulheres: diálogos entre leituras heterogêneas. In: I Fórum Nacional de Pesquisadores em Arte Sequencial, 2012, Leopoldina-MG. Anais do I Fórum Nacional de Pesquisadores em Arte Sequencial. Leopoldina-MG: Faculdades EST, 2012. v. Único. p. 49-60.
- MARTINS, Júlio Nunes Sandes. 'Um Superman negro que apoia o apartheid': A revista Mighty Man e o programa de propaganda do governo sul-africana (1975-1977). In: Revista África(s). v. 8, p. 58-88, 2021.
- MARTINS, Júlio Nunes Sandes. Cartuns e Charges em combate pelo futuro do apartheid: The Citizen VS The Rand Daily Mail (1975 - 1978). In: Cadernos de África Contemporânea, v. 05, n. 9, p. 70-97, 2022.

[Re]construindo o passado: Inventários e Testamentos na pesquisa historiográfica

Glenda de Castro Spósito (UNEB)

EMENTA

Este minicurso oferecerá aos participantes instrumentos que facilitem e otimizem o processo da pesquisa e escrita historiográfica desenvolvidas a partir do manejo com inventários post-mortem e testamentos. O manuseio desse tipo de fonte requer, antes de tudo, que o pesquisador/historiador conheça a dimensão constitutiva desses registros: sua natureza, forma, características e intencionalidades. Pretende-se ampliar as discussões em torno da utilização de tais fontes, bem como as propostas teórico-metodológicas para o seu uso nas investigações que partem da história social, da micro-história italiana, entre outras variedades do fazer historiográfico, na perspectiva de se adotar na pesquisa a postura mais viável e coerente ao tratamento e análise desse material. Neste minicurso, o pesquisador/historiador é convocado ao desafio de lançar um olhar problematizante aos inventários e testamentos, a partir de uma leitura feita nas linhas, entrelinhas e ocultamentos, no sentido de buscar sujeitos, ações, práticas e experiências na construção da historicidade.

METODOLOGIA

As atividades do minicurso serão divididas em três etapas: na primeira etapa, abordaremos a constituição da documentação dentro do seu caráter oficial; na segunda apresentaremos as múltiplas possibilidades de pesquisas que poderão ser desenvolvidas nas diversas áreas temáticas da historiografia, ressaltando o caráter massivo e serial das referidas fontes, permitindo ao historiador a reconstrução de uma gama significativa das sociedades no tempo histórico; e por último, a leitura do documento, crítica interna e externa da fonte.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Reflexões sobre o uso de documentação institucional;
- Análise da estrutura dos documentos (inventários e testamentos);
- A utilização dos documentos jurídico-civil (inventários e testamentos) para diversos temas de pesquisas;

REFERÊNCIAS

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Inventários e testamentos como fontes de pesquisa. In: A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória. Campinas: Alínea, 2009. p. 25-35.

FURTADO, Júnia Ferreira. A morte como testemunho da vida. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regia de (Org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p. 93-118.

MOREIRA, Igor Roberto de Almeida. "E POR TAIS TERCEIROS NA ORDEM DO CARMO": os Dignitários Irmãos da Ordem Terceira do Carmo da Vila da Cachoeira, 1691-1773. Dissertação (Mestrado) Programa de Pós-graduação em História Regional e Local, UNEB, Santo Antônio de Jesus, BA, 2021. s partilhas. Campinas, século XIX.. Revista Brasileira de História, v. 26, p. 175-192, 2006.

“Vem jogar mais eu”: Capoeira Angola entre a memória e o movimento.

Raquel Santos Souza (UFSC)

Esse minicurso volta-se a possibilidade de apresentar a capoeira angola como movimento artísticos e de luta na Bahia do século XX, a partir da biografia e do legado do Mestre Pastinha. Volta-se a possibilidade de discutir a capoeira como instrumento de luta corporal, ideológica e ancestral de origens africanas no continente americano, sendo, portanto, uma manifestação afro-brasileira centrada na liberdade e resistência contra-colonial (Bispo, 2018) que perdura até o presente. Na atualidade, a capoeira opõe-se as colonialidade de ser e saber (Quijano, 2004) e ao racismo estrutural (Almeida, 2019).
Palavras-chave: Ginga; Movimento Contra-colonial; Racismo Estrutural.

Objetivo do Minicurso

- Contextualizar a capoeira como arte de luta corporal e resistência ideologia no Brasil do século XX;
- Apontar formas de resistências culturais e religiosas na composição das ladainhas, corridos e chulas das principais rodas do Brasil e do mundo;
- Promover um momento de engajamento teórico e prático com a arte da ginga.

Referências

ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
BISPO, Antonio. Colonização, quilombos: modos e significados. Brasília: Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa, 2015
.DECÂNIO, Angelo. Os manuscritos e desenhos de Mestre Pastinha. Fundação Casa de Jorge. LANDER, Edgardo et al. (Ed.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales= Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.